

A ÉPICA MEDIEVAL
PORTUGUESA



Biblioteca Breve

SÉRIE LITERATURA

ISBN 972 – 566 – 161 – 3

DIRECTOR DA PUBLICAÇÃO
ANTÓNIO QUADROS

ANTÓNIO JOSÉ SARAIVA

A éþica medieval portuguesa



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Título

A Épica Medieval Portuguesa

Biblioteca Breve / Volume 29

1.ª edição — 1979

2.ª edição — 1991

Instituto de Cultura e Língua Portuguesa
Ministério da Educação

© *Instituto de Cultura e Língua Portuguesa*

Divisão de Publicações

Praça do Príncipe Real, 14 -1.º 1200 Lisboa

Direitos de tradução, reprodução e adaptação,
reservados para todos os países

Tiragem

4 000 exemplares

Coordenação geral

Beja Madeira

Orientação gráfica

Luís Correia

Distribuição comercial

Livraria Bertrand, SARL

Apartado 37, Amadora – Portugal

Composição e impressão

Gráfica Maiadouro

Rua Padre Luís Campos, 686 – 4470 MAIA

Mai 1991

Depósito Legal n.º 45 341/91

ISSN 0871 - 5165

ÍNDICE

| | Pág. |
|--|------|
| ADVERTÊNCIA | 6 |
| HISTÓRIA E POESIA | 8 |
| A TRADICIONALIDADE | 16 |
| O TEXTO | 26 |
| As recomendações do Conde moribundo | 27 |
| A guerra entre o filho e a mãe | 30 |
| A guerra com o Imperador | 35 |
| O Bispo Negro | 38 |
| O desastre de Badajoz | 46 |
| TRADIÇÃO E HISTÓRIA..... | 49 |
| O BISPO NEGRO E O CONFLITO COM O PAPA | 57 |
| ORIGEM, FORMAÇÃO E NACIONALIDADE DO CANTAR..... | 64 |
| COMENTÁRIO LITERÁRIO..... | 70 |
| A forma diversificada..... | 70 |
| Narrativa e drama..... | 79 |
| CONCLUSÃO..... | 86 |
| NOTAS..... | 88 |

ADVERTÊNCIA

Desde 1950 sugerimos a existência em Portugal de uma tradição épica sobre Afonso Henriques cantada nas praças das vilas e nos festins dos castelos por jograis, mais atentos à vida do que aos arquivos. Pela mesma época, e independentemente do autor destas linhas, o professor Lindley Cintra, o melhor conhecedor das nossas crónicas medievais, chegava à mesma conclusão na sua grande introdução à *Crónica Geral de Espanha de 1344*, escrita em português no reinado de D. Afonso IV de Portugal.

Esta hipótese, apesar do seu extraordinário interesse, tem passado no entanto quase desconhecida dos nossos historiadores que parecem sobretudo atentos ao que eles chamam os «documentos».

A questão é a seguinte: existiu em Portugal uma épica medieval do tipo da castelhana, como Menéndez Pidal a estudou e caracterizou? Questão capital para a nossa perspectiva cultural, para o estudo das mentalidades e para o conhecimento da nossa Idade Média. Ao lado da lírica tradicional, uma épica tradicional, metade até hoje ignorada de um todo.

Nessa tradição épica se integrariam vários textos que não foram até hoje estudados deste ponto de vista: a lenda

do rei Ramiro, como se encontra em dois *Livros de Linhagens*, a lenda de Egas Moniz, o relato da tomada de Santarém na *Crónica de 1344*, o relato da batalha do Salado. Mas é sobretudo na tradição épica de Afonso Henriques que se encontram os indícios palpáveis de uma epopeia portuguesa medieval. Por isso escolhemos a sua análise, em vez de nos limitarmos a generalidades que nada provam sobre aquele conjunto de textos. Um exemplo bem escolhido e bem analisado é sempre mais revelador que uma panorâmica, género por excelência jornalístico.

Utilizando o resultado de alguns anos de reflexão e os novos conhecimentos e hipóteses entretanto trazidos a público, especialmente pela citada obra de Lindley Cintra e por D. Diego Catalán Menéndez Pidal, retomamos aqui o problema cuja pesquisa iniciámos em 1950.

I / HISTÓRIA E POESIA

Ainda hoje a poesia popular se alimenta dos sucessos históricos. É o caso dos «abêcês» brasileiros, em que poetas, na maior parte dos casos anónimos, narram histórias de canganceiros, de lutas políticas, de eleições célebres, assim como histórias sentimentais e até feitos de touros e cavalos notáveis. Essas histórias são depois impressas em tiragens sucessivas e lidas perante auditórios, e assim chegam a todo o imenso território do Brasil. São cantadas em feiras, festividades e ajuntamentos populares. É costume que deve ter vindo de Portugal. O autor destas linhas ouviu em Monchique, em 1968 ou 1969, uma mulata, acompanhada de um cego, cantar na praça pública uma história tétrica de um homem que por causa de uma amante afogou os filhos da mulher num rio. Acabado o canto, distribuiu um papel onde vinham impressos os versos que cantara.

Esta literatura oral narrativa desaparece à medida que as pessoas se alfabetizam. Estava em pleno vigor na época dos cantares de gesta castelhanos. Já cerca de 1130 encontramos na historiografia latina que então se escrevia em Oviedo ecos de sucessos lendários, sem dúvida transmitidos oralmente. Na *Crónica General de Espanha* de

Afonso X, o Sábio (século XIII), tio do nosso rei D. Dinis, dá-se largo acolhimento a histórias tradicionais, entre elas a dos Sete Infantes de Lara, que narra um sucesso ocorrido em 974. Os historiadores e cronistas habituaram-se a citar os relatos dos jograis, umas vezes para os aproveitar como fontes históricas, outras vezes para os repelir. O arcebispo de Toledo, D. Rodrigo Ximenez de Rada, historiador latino, autor do *De Rebus Hispaniae*, menciona com desdém, em 1242, as «fabulae histrionum». Por «histrião» deve entender-se aqui jogral. Mas esta atitude modifica-se com Afonso X e seus sucessores. O autor da *Crónica de Vinte Reis*, na primeira metade do século XIV, escreve: «Queremos contar aqui exactamente (*complidamente*) toda a história do rei D. Sancho assim como a contam os jograis; deixaremos aqui de contá-la como a contam o arcebispo e os outros sábios...»¹. O «arcebispo», já atrás citado, é o de Toledo, Rodrigo Ximénez de Rada. Neste caso, o autor de *Vinte Reis*, que acolheu várias histórias jogralescas na sua crónica, entre as quais, como veremos, a de Afonso Henriques, prefere a versão popular jogralesca à do historiador latino. Há outros casos em que isto não sucede, pois na página seguinte, referindo-se à história de Garcia, rei de Galiza e de Portugal, também contada pelos jograis, comenta: «mas isto, como quer que o contam assim os jograis, não foi verdade».

O facto é que os relatos tradicionais jogralescos eram tidos, antes já de Afonso X, como fontes históricas que podiam ser aceites ou recusadas, conforme o juízo crítico do cronista, e até preferidas às fontes escritas.

Ora este apreço em que eram tidos os cantares jogralescos não resulta de um mero capricho ou da ausência de senso crítico, como seríamos levados a supor

nos nossos tempos, em que só confiamos no papel escrito. É que os relatos dos jograis nasciam dos próprios acontecimentos, estavam muito próximos deles. Eram na realidade história falada. O povo foi sempre muito curioso de história, e nem sempre teve possibilidade de lê-la nos livros. A maneira natural de a comunicar era pela fala. Mas como a fala entregue a si mesma rapidamente adultera a história, havia uma maneira de a fixar, que era o verso cantado, cujas virtudes mnemónicas não é preciso lembrar.

Deste modo, de geração em geração, a narrativa fixa de um facto podia atravessar sucessivas gerações. O caso mais notável desta travessia das gerações deu-se com a tradição dos Sete Infantes de Lara. O facto ocorreu em 974 e foi registado por Afonso X o Sábio quatro séculos depois, com uma fidelidade, até nas particularidades, que Menéndez Pidal demonstrou, e que a torna uma verdadeira fonte histórica. Ora isto seria impossível se a transmissão tivesse sido feita por simples conversa de pais a filhos. Está demonstrado que a memória de um acontecimento não dura mais de cinquenta anos, o espaço que vai de avô a neto.

Temos de concluir que os acontecimentos eram postos em verso e em canto quando ainda estavam frescos na memória, e repetidos de geração em geração, cuidadosamente, por profissionais, que tinham o cuidado de conservar a música, o verso e a substância dos acontecimentos, embora tendessem, a fim de serem compreendidos, a actualizar a linguagem. Naturalmente que esses jograis eram influenciados por correntes de opinião acerca dos acontecimentos em causa, e que, por outro lado, a sua narrativa era tanto menos fiel quanto mais longe estivessem os acontecimentos relatados. Também se podia dar o caso de confundir personagens

homónimos mas de épocas diferentes, e ainda o de reunir diversas histórias numa única composição. O importante, todavia, é que tomavam como verdadeira história, como factos acontecidos, os relatos que apresentavam ao público.

Herculano, falando dos primeiros tempos do governo de Afonso Henriques, lembra as «fábulas inventadas com o correr dos séculos»². Estas palavras tanto se podem aplicar à conhecida lenda das guerras que levaram à prisão de D. Teresa sua mãe, e ao célebre episódio do Bispo Negro, romanceado pelo mesmo Herculano nas *Lendas e Narrativas*, como ao famoso milagre de Ourique. Todavia, há uma importante distinção a fazer.

Os séculos propriamente não inventam. O que acontece é que, através deles, se transmitem tradições, ou que num momento qualquer alguém fantasia um suposto acontecimento que depois é repetido por escritores sucessivos.

A tradição remonta sempre a uma época muito próxima do acontecimento, suficientemente próxima para haver dele testemunhas ou pessoas que as ouviram. Para além desse tempo, perde-se a memória do acontecimento, a não ser que ela fique escrita, ou que se fixe numa forma mnemónica e repetitiva, que é normalmente o verso, como também já vimos. Por outras palavras, a tradição não é a transmissão de recordações pessoais de geração em geração, mas a transmissão de um *objecto* relativamente fixo, ou seja um texto ou escrito ou falado, e neste último caso defendido contra o esquecimento pelo ritmo e por certo formulário.

Acontece que na cópia do texto escrito, por lapso, por esquecimento ou por invenção do escriba, o original se

altera, e o mesmo acontece de cantor para cantor ou de jogral para jogral com o texto oral.

Mas é preciso, e às vezes é possível, distinguir nos textos antigos quando é que se trata de uma verdadeira tradição, mesmo deturpada, e quando é que se trata de uma mera invenção literária, com fundamento na fantasia.

Dado um determinado escrito que não seja contemporâneo do acontecimento, nem tão pouco cópia de escritos anteriores, o problema consiste em saber se tem atrás de si um texto oral e se este último pode remontar à época do acontecimento nele referido ou a uma época muito próxima.

No caso do milagre de Ourique, por exemplo, os textos mais antigos, embora refiram a batalha em si mesma, não encerram qualquer elemento que, nem de perto nem de longe, possa ser interpretado como alusão ao «milagre». Foi sobre o facto da batalha que, séculos depois, um escritor fantasiou um milagre, semelhante, aliás, a outro que se encontra na literatura latino-cristã, referente ao imperador Constantino. Trata-se, não de uma tradição, mas de uma fábula originada, não pelo «correr dos séculos» mas por um literato mais ou menos erudito, arbitrariamente.

O mesmo não pode dizer-se das histórias curiosas, mas não miraculosas, conservadas nas 3.^a e 4.^a *Crónicas Breves de Santa Cruz*. Dado o seu carácter claramente não clerical, o que torna improvável que seja uma invenção de escribas, põe-se o problema de saber se não há atrás desses escritos uma vida oral que nos obrigue a remontar no tempo em busca de um texto originário também oral, e se esse recuo no tempo nos leva à vizinhança daquele em que os factos ali referidos poderiam ter ocorrido. Nesse caso, estaríamos perante uma verdadeira tradição.

O valor de tais tradições poéticas é inestimável, não tanto pelas notícias que transmitem (e que por vezes conhecemos por fontes documentais), mas sobretudo pelo retrato que nos dão das pessoas, dos costumes, da psique e do tempo. Ao passo que os documentos de arquivo nos oferecem a vida registada por notários, estes relatos poéticos, quando bem conservados, reflectem uma época captada pela sensibilidade dos contemporâneos. Podem por vezes os factos não estarem exactamente relatados, mas o espírito que os inspirou é posto à nossa vista.

Advirta-se aqui que na Idade Média há pelo menos dois géneros de poesia épica: a que está muito longe dos acontecimentos e tem por base outros poemas anteriores, como é a *Chanson de Roland*, do século XI, que se inspira de cantos que vinham do século IX. Aí temos literatura elaborada a partir de literatura; as personagens, os cenários e os acontecimentos são fantasmagóricos, quando não inteiramente imaginários; os heróis e as suas proezas reflectem muito mais os ideais dos contemporâneos do autor da *Chanson* que os da época de Carlos Magno que ela glorificou. É esse, também, provavelmente, o caso dos poemas homéricos.

E há, por outro lado, a poesia épica que se inspira imediatamente dos acontecimentos e heróis narrados, que são contemporâneos do autor. Esta, como diz Menéndez Pidal, é «eco directo da vida das personagens retratadas». A *Chanson de Roland* dista mais de trezentos anos da morte do seu principal herói, cujo nome chegou ao autor através de poemas intermediários; ao passo que o *Cantar do Cid* foi escrito quarenta anos após a morte de Rui Diaz de Bivar. Ora este segundo caso é o da poesia épica medieval de Espanha, pelo que, como já vimos, os

cronistas a acolhem na sua prosa. Este carácter histórico e realista conserva-se, por vezes, mesmo quando os cantares têm uma vida secular, como é o já referido caso da gesta dos Sete Infantes de Lara, que, pela sua espantosa fidelidade aos factos ocorridos, conhecidos por outras vias, mostra ter-se inspirado directamente dos acontecimentos, vazando a sua memória numa forma altamente artística, que a preservou, durante séculos, dos estragos da transmissão oral.

Ao acolher na sua prosa os cantares de gesta, os cronistas medievais hispânicos davam-lhes, como é óbvio, um ritmo e um jeito que não é o da forma poética. Mas nem sempre conseguiam apagar de toda a forma versificada que é possível, em certos casos, reconstituir até certo ponto.

Eram poemas, por vezes, muito longos, o que supõe uma grande capacidade de memorização, desenvolvida com o exercício. O *Cantar de Mio Cid*, escrito cerca de 1140 e copiado ou recopiado em 1307, contém, no seu total, cerca de quatro mil versos, mas é formado por três poemas, cada um com o seu fecho, e que podiam ser cantados independentemente. Também podiam ser cantados fragmentos mais sugestivos e solicitados pelo público.

Os versos do mais antigo poema jogralesco conservado, o *cantar de Mio Cid*, são irregulares. O verso podia variar entre dez e vinte sílabas na mesma estrofe. Aliás, não havia propriamente o que hoje chamamos estrofes, mas conjuntos em que havia uma só rima, com um número indeterminado de versos. Cada verso rimava com o seguinte até se iniciar um novo conjunto de rimas, da mesma maneira. Por outras palavras, havia conjuntos de uma rima só (monorrimos), com um

número variável de versos. A rima era toante ou assonante, ou seja, só valia, para rimar, a vogal tónica da última palavra. Era um sistema de repetição das mesmas vogais no fim de cada verso.

Interiormente, o verso partia-se em duas partes separadas por uma pausa rítmica (e também gramatical e semântica), chamada hemistíquio. Nos rimances que mais tarde haviam de compor-se, os dois hemistíquios tinham número semelhante de sílabas (sete, segundo a forma de contagem portuguesa). Nos cantares de gesta ainda isso não acontece. Os hemistíquios mais frequentes eram os de seis, sete e oito sílabas; mas havia-os também, mais raros, de três e quatro.

No entanto, os hemistíquios são bastante sensíveis à leitura e ao ouvido, não só por causa das unidades de acentuação mas também porque cada um constituía uma proposição, uma parte completa dela, ou uma proposição gerundiva. Os versos constituíam blocos de significado, divididos em dois sub-blocos, que eram os hemistíquios. Eram em geral frases independentes, raramente ligadas por um *si* (*se* em português) ou por um *ca* (palavra que exprime uma ligação frouxa, mas principalmente causal). O *e*, por que muitas frases começavam, nem sempre era propriamente uma copulativa: marcava uma pausa, permitia começar uma frase por vogal, etc. Pode dizer-se que cada verso é uma sentença, pelo que o transporte (ou, em francês *enjambement*), muito usado na lírica culta peninsular desta época, é rigorosamente interdito, como o era aliás também na poesia lírica de origem tradicional. Trata-se de uma construção paratáxica de figuras soltas no mesmo plano, com um uso muito escasso da subordinação.

II / A TRADICIONALIDADE

Entre os manuscritos da Biblioteca Pública Nacional do Porto vindos do mosteiro de Santa Cruz, onde estiveram até à revolução liberal, encontram-se quatro fragmentos conhecidos pelo nome de *Crônicas Breves de Santa Cruz*, cópias manuscritas da segunda metade do século XV. Dois deles, a 3.^a e a 4.^a crônicas breves, têm atraído a atenção dos estudiosos da literatura, especialmente porque se salientam por um curioso relato de uma fase da vida do primeiro rei de Portugal, tão surpreendente que vários eruditos historiadores que não tiveram dúvidas em crer na batalha de Ourique, não quiseram aceitar este relato que, aliás, nada tem de miraculoso. Mas é esse mesmo carácter insólito que tem seduzido os que se interessam mais por literatura do que por história. É nelas que aparecem pela primeira vez alguns dos personagens vivos que povoam nos livros de divulgação histórica os primeiros tempos da nacionalidade. Egas Moniz, o modelo de lealdade ao suzerano; D. Teresa, arrebatada, disputando a terra ao próprio filho, e um Afonso Henriques muito humano, bravo, irreverente, tão diferente da imagem convencional e majestosa que dele nos dá Camões. Quem compôs essa

parte das ditas crónicas não era um simples compilador de datas e factos memoráveis, mas um verdadeiro novelista ou dramaturgo capaz de surpreender criaturas vivas em acção. Herculano, que era um historiador, mas sensível à poesia, parece ter-se achado um pouco perplexo perante estes textos. Por um lado, considera-os como fábulas, excluindo-as «do número das legítimas fontes históricas»; mas, por outro lado, acolhe na *História de Portugal* o cerco de Guimarães e a façanha de Egas Moniz ligada a esse cerco, «um dos factos mais poéticos da nossa história», tal como o relata a 3.^a *Crónica Breve de Santa Cruz* (mas não a 4.^a), e que dela passou às crónicas do século XV e XVI³. Além disso, não resistiu a compor a narrativa *O Bispo Negro*, baseada na mesma crónica breve. Mas os historiadores estritos e sisudos, preocupados com a compostura das figuras históricas e para quem o retrato histórico deve ter a solenidade de estátuas jacentes de túmulos, daí têm desviado pudicamente os olhos, quando não se mostram escandalizados. O feito de Egas Moniz ainda passa, mas a história do Bispo Negro e da captura do cardeal legado por Afonso Henriques tem sido especialmente denegrida desde o século XVI.

O leitor capaz de árduas leituras vai seguindo nas *Crónicas Breves* as datas de nascimento, casamento e morte, as de alguns sucessos mais notáveis, e, de súbito, desemboca nesse relato animado, em que há falas, diálogos, gritos, paixões, vinganças: dir-se-ia que saímos de um mausoléu e entramos num teatro de feira. Depois, calam-se os personagens e entramos novamente no registo seco dos casamentos, nascimentos, etc. e dos factos «sérios», dignos de registo do historiador.

Os dois manuscritos de Santa Cruz onde se recolheu a referida história de Afonso Henriques são ambos cópias do século XV. Estão aparentemente no mesmo plano.

Mas, escondidas atrás desta superfície, encontramos num e noutro caso diferentes funduras.

A 3.^a *Crónica Breve* é a mais conhecida. Tem como herói ajudador o aio ou amo de Afonso Henriques, Egas Moniz, e conta como ele, sacrificando a própria honra, salvou Afonso Henriques no cerco de Guimarães. Este episódio passou para as crónicas seguintes, incluindo a de 1419, atribuída a Fernão Lopes. É a versão que inspirou o episódio de Egas Moniz n'Os *Lusíadas*. Mas na 4.^a *Crónica Breve* o herói ajudador chama-se Soeiro Mendes, nome que diz muito pouco, porque desapareceu das crónicas posteriores, mas que aparece em crónicas anteriores, como o veremos. Egas Moniz e o cerco de Guimarães faltam nesta versão.

Ora existe uma *Crónica Geral de Espanha*, redigida em português e que tem a data de 1344, descoberta pelo professor Lindley Cintra. Desta crónica fez-se uma segunda redacção em finais do século XIV. E nesta aparece a história de Afonso Henriques mais a do seu aio Egas Moniz, tal como figura na 3.^a *Crónica Breve de Santa Cruz*. A 3.^a *Crónica Breve*, segundo mostrou Lindley Cintra, é apenas uma cópia da 2.^a redacção da *Crónica de 1344* e remonta, portanto, a cerca de 1400.

Quanto à 4.^a *Crónica Breve*, em que o herói ajudador é Soeiro Mendes, o problema é mais complicado, pois tem outros planos por detrás. Uma parte do texto da 4.^a *Crónica Breve* aparece também no *Livro de Linhagens*, atribuído ao conde D. Pedro, que é anterior à *Crónica de 1344*. Além disso, Soeiro Mendes aparece na *Crónica espanhola de Vinte Reis* que é também anterior à *Crónica*

de 1344, e ainda numa crónica galego-portuguesa, perdida, datável de 1341-1342, segundo mostrou D. Diego Catalán.

Cintra pensou que a 4.^a *Crónica Breve* seria um extrato da *Crónica* espanhola de *Vinte Reis*. Mas, parece-nos, a comparação minuciosa dos dois textos sob o ponto de vista estilístico leva a conclusão diferente. O cronista castelhano ou de língua castelhana de *Vinte Reis* transcreveu com escrúpulo uma versão da lenda épica idêntica, ou quase, à que se encontra na 4.^a *Crónica Breve*, mas redigiu-a com mais cuidado, dando mais importância à ordem gramatical e à sequência narrativa e atenuando o carácter abruptamente dramático que conserva na versão portuguesa, como veremos em capítulo sobre a forma literária do texto. D. Diego Catalán aceitou esta comparação e, independentemente dela, encontrou elementos que provam ser a versão portuguesa da 4.^a *Crónica Breve* anterior à castelhana da *Crónica de Vinte Reis*; e mostrou, por outro lado, ter existido uma crónica galego-portuguesa (1341-1342) citada pelo cronista Acenheiro (séc. XVI), onde apareceria a versão da lenda de Afonso Henriques em que o herói ajudador é Soeiro Mendes.

Ora há um curioso pormenor que diferencia essas quatro redacções do que chamaremos a versão Soeiro Mendes. Na redacção da crónica galego-portuguesa (I), o herói é «Soeiro Mendes, o Bom»; na redacção de *Vinte Reis* (II), e só nela, Soeiro Mendes, sem o qualificativo, é designado como *amo* (ou *aio*) de Afonso Henriques; na redacção da 4.^a *Crónica Breve* (III), Soeiro Mendes tem a alcunha de «o mãos de águia», e finalmente no fragmento do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro (IV), aparece só

o nome Soeiro Mendes, sem qualquer qualificativo, alcunha ou função. Porquê?

Há no século XII três fidalgos chamados Soeiro Mendes, todos ligados à casa da Maia e que por isso os *Livros de Linhagens* distinguem com alcunhas ou cognomes. O mais antigo é filho de D. Mendo, o célebre senhor de grande poder em «todo o Portugal», falecido em 1065 segundo apontamento contemporâneo nos *Annales Portucalenses Veteres*. A este chamaram «o Bom», palavra que nessa época resumia os valores de cavalaria. Foi o principal magnate de Portugal abaixo do Conde D. Henrique, e, na ausência deste, chegou a assumir o governo do território conjuntamente com D. Teresa. Tinha no mínimo 62 anos, e provavelmente bastante mais, quando Afonso Henriques se revoltou contra a mãe e o Conde de Trava.

O outro Soeiro Mendes tinha o sobrenome de Facha e é alcunhado de «Mãos de Águia» no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Era filho natural de uma nora de Soeiro Mendes o «Bom» e de um grande fidalgo, e teve de seu marido legítimo o célebre Pero Pais, o alferes, que era portanto meio-irmão do «Mãos-de-Águia». Pero Pais parece ser da geração de Afonso Henriques, e Soeiro Mendes II era mais novo do que o irmão, porque nasceu depois de se ter desfeito o casamento da mãe, quando ela se tornou monja no mosteiro de Vairão, onde foi amante, entre outros do próprio Afonso Henriques, a acreditar no *Livro de Linhagens de 1270*.

O terceiro Soeiro Mendes foi chamado «o Grosso» ou «o Gordo», e era neto de uma irmã, parece que mais velha, de Soeiro Mendes o «Bom». Existe um documento assinado por Afonso Henriques em 1129 em que o infante se refere à ajuda que lhe foi prestada

por Soeiro Mendes «o Grosso», durante o cerco de Guimarães em 1127⁴. Mas deste «Grosso» não ficou qualquer memória poética.

Destes três fidalgos é com o primeiro, Soeiro Mendes «o Bom», que aliás foi o mais notável deles, que melhor condiz o episódio narrado nas *Crónicas Breves*. O jovem infante vinha fugindo, todo desanimado, do campo onde fora desbaratado pela mãe e pelo padraсто. Soeiro Mendes obriga-o a parar, dá-lhe uma reprimenda, e leva-o consigo novamente ao campo da batalha, vaticinando, com autoridade, que eles ambos vencerão o adversário. Só um homem com experiência, autoridade e ascendente paternal sobre o moço chefe, poderia assumir semelhante atitude. Este Soeiro Mendes procede como um aio perante um pupilo, e só a ele caberia com verosimilhança a função que a *Crónica de Vinte Reis* lhe atribui: «amo». Entre Afonso Henriques e os outros dois Soeiros só se poderiam imaginar relações de camaradagem juvenil.

Mas o que nos interessa principalmente é que esta versão da história só poderia ser inventada quando Soeiro Mendes «o Bom» ainda era lembrado entre os vivos. Como ele morreu pouco depois de 1130, podemos supor que a sua memória persistia no último quartel do século, e que depois desta época era um nome que nada dizia aos jograis e ao público. Por isso, já no reinado de D. Sancho II, foi confundido com um homónimo da mesma família, mas duas gerações mais recente, o Soeiro Mendes «Mãos de Águia», meio irmão do célebre alferes Pero Pais. É um caso típico das alterações e actualizações que se vão dando na transmissão oral de uma história cantada.

Daqui parece resultar que a tradição recolhida pela 4.^a *Crónica Breve de Santa Cruz*, a do «Mãos de Águia», não é a mesma que encontramos na *Crónica de Vinte Reis*, a do

«amo», apesar de, quanto ao mais, serem praticamente idênticas. A versão de *Vinte Reis* parece ser a mais antiga, porque só Soeiro Mendes «o Bom», nunca o «Mãos de Águia», poderia ser suposto aio de Afonso Henriques, embora estilisticamente a expressão da versão da 4.º *Crónica Breve*, como já dissemos, nos pareça a mais arcaica. A versão da crónica galego-portuguesa, a única a usar o cognome «o Bom» com referência a Soeiro Mendes, identificando-o sem ambiguidades, parece ser a mais próxima da versão original.

O mesmo lugar de aio de Afonso Henriques, atribuído com verosimilhança a Soeiro Mendes «o Bom», é atribuído depois, juntamente com outros feitos lendários, a Egas Moniz na 3.ª *Crónica Breve de Santa Cruz*. Este é contemporâneo do mesmo Soeiro, embora bastante mais novo. É mais uma variante a juntar às que já apontámos. Embora a tradição lendária de Egas Moniz só apareça na segunda redacção da crónica de 1344, de perto de 1400, (donde foi extraída a 3.ª crónica breve), ela já existia muito antes, porque o *Livro de Linhagens* dito *Velho* (que é na realidade o 2.º por ordem cronológica), pouco posterior a 1340, já se lhe refere, quando diz: «Este Egas Moniz criou el rei D. Afonso Henriques o primeiro que i houve e fez erguer o emperador que jazia sobre Guimarães com companhia, a guisa de lealdade, e fez senhor do reino o criado [Afonso Henriques] a pesar de sa madre a rainha D. Tareja, de cuja parte o reino vinha»⁵

Este texto é uma suma da história de Afonso Henriques tal como a encontramos na 4.ª *Crónica Breve*, pois contém os seguintes elementos: a) que Egas Moniz foi o aio; b) foi quem conseguiu que Afonso VII levantasse o cerco de Guimarães, por um feito de

lealdade; c) foi quem fez Afonso Henriques senhor do reino, contra a mãe.

Destes três elementos há um que é desconhecido das crónicas anteriores, excepto a 3.^a crónica breve: o cerco de Guimarães e o seu levantamento, «a guisa de lealdade». Trata-se porventura de uma tradição também, embora, a nosso ver, a fala de Egas Moniz, na 3.^a *Crónica Breve*, esteja redigida num estilo muito mais hipotáxico, explicativo, próprio do século XV, do que o das versões que têm como ajudador Soeiro Mendes. O mais razoável é supor que existiu uma tradição peculiar da família Viegas em torno de uma acção em Guimarães e que a partir daí o nome de Egas Moniz tenderia a anexar os outros episódios da tradição ou tradições referentes aos primeiros anos de Afonso Henriques.

Notemos, a propósito, que o neto de Soeiro Mendes, Pero Pais, o alferes, casou com a filha de Egas Moniz, Elvira, irmã do famoso Lourenço Viegas, cognominado o Espadeiro. Os filhos do casal certamente se lembrariam do avô Egas, mas pouco ou nada lhes diria o nome do bisavô Soeiro. A transferência da fama de um para outro não seria para admirar, e de qualquer modo ficava na família.

Que se pode concluir destas minúcias?

Que a 4.^a *Crónica Breve* de Santa Cruz de Coimbra, a *Crónica de Vinte Reis* (castelhana), o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, a *Crónica galego-portuguesa* de 1341-1342, a *Crónica Geral de Espanha*, de 1344 (2.^a redacção), registam, por inteiro ou parcialmente, diversas variantes de uma tradição lendária relativa a Afonso Henriques. Chamalhe-emos a versão A.

Que essa tradição abeira-nos de um personagem histórico contemporâneo do avô de Afonso Henriques,

Soeiro Mendes «o Bom», mas que estava completamente esquecido na época dos netos de Afonso Henriques, a ponto de os jograis hesitarem sobre a sua verdadeira identidade.

Que essas variantes foram postas em prosa cronística na primeira metade do século XIV ou antes.

Que, simultaneamente, havia uma outra tradição referente a um herói também anterior a Afonso Henriques, Egas Moniz, e cujo nome em certas variantes e em momento que não podemos precisar, substituiu o do herói ajudador da primeira versão. É a versão B.

Nas diversas variantes da versão A o nome do ajudador é Soeiro Mendes. Na versão B é Egas Moniz. A versão B inclui um episódio que falta nas restantes: o cerco de Guimarães. Mas, descontando este episódio, todas as versões contam os mesmos factos pela mesma ordem e quase pelas mesmas palavras.

Donde se pode concluir que a prosificação cronística não alterou substancialmente a tradição oral, e que as variantes desta, pelo menos no que respeita aos feitos de Afonso Henriques, estavam muito próximas entre si, ou antes, que praticamente coincidiam.

Das variantes prosificadas que possuímos temos que escolher uma para dar a conhecer ao leitor. Qual é a preferível?

A versão B, ou seja, a da *3.ª Crónica Breve de Santa Cruz*, deve ser excluída, porque Egas Moniz não figurava nas variantes mais antigas. Combina duas tradições de origem e tema diversos. A sua linguagem é modernizada se a compararmos com a da *4.ª Crónica Breve*.

Da variante da *Crónica galego-portuguesa (I) de 1341-1342* só conhecemos algumas citações;

A variante do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (IV), é aparentemente uma cópia da *4.ª Crónica Breve de Santa Cruz*, mas incompleta;

A variante da *Crónica de Vinte Reis* (II), parece basear-se numa variante desconhecida próxima ou idêntica à da versão inicial, porque identifica o verdadeiro Soeiro Mendes; mas, além de que está escrita em Castelhana antigo, acusa um trabalho de redacção narrativa mais avançado que o da *4.ª Crónica Breve de Santa Cruz*;

A variante da *4.ª Crónica Breve de Santa Cruz* (III) pertence a uma época em que já estava esquecida a verdadeira identidade do herói ajudador, mas é a que tem uma prosa mais arcaica. O copista do século XV conservou vocábulos como *parávoa* que já não se usava no começo do século XV (encontramo-la em textos do século XIII) e como *arrepeesco* (do verbo *arrepeescer*, que já no século XIII parece rarear, pois a forma que se encontra nos Cancioneiros é *repender*). Além disso, é a que se usa em estilo mais abrupto e sem transições.

A variante da *4.ª Crónica Breve* é, portanto, a *forma* mais antiga que possuímos da tradição épica, embora, quanto ao conteúdo, a variante de *Vinte Reis* esteja mais próxima da original.

Utilizaremos portanto esta última variante, recorrendo todavia à versão de *Vinte Reis* onde nos parece que há lapsos e lacunas na *4.ª Crónica Breve*.

III / O TEXTO

Reproduzimos, como já dissemos, o texto da 4.^a *Crónica Breve*, segundo a edição de António Cruz, *Anais, Crónicas e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Porto, 1968, simplificando a ortografia. Completamos frases e palavras que faltam neste texto utilizando a *Crónica de Vinte Reis*; e, excepcionalmente, substituímos algumas palavras da 4.^a *Crónica Breve* por outras de *Vinte Reis*, segundo o texto publicado por Cintra nos apêndices da introdução à *Crónica de 1344*. Sempre que isto acontece o texto de *Vinte Reis* introduzido vai em itálico. Também em certos casos, raros, escolhemos a versão do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, segundo a versão do *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*.

Damos o texto, não em prosa compacta, mas em versículos. O leitor se aperceberá de que esta divisão não é arbitrária. Em geral corresponde a uma afirmação ou a uma unidade narrativa.

Não confundir o versículo com o verso. Em capítulo próprio apontaremos os versos que conseguimos identificar.

O texto que vai entre chavetas, em linhas de prosa, é o que supomos que não fazia parte do poema, mas foi redigido pelo cronista.

Deve ter-se em conta que nesta época o *s* era surdo como em Castelhana, pelo que no nosso original tanto se escreve entre vogais como *s* simples, ou duplo, *ss*.

Ao lado do texto do século XV damos a sua versão em português actual.

1 — AS RECOMENDAÇÕES DO CONDE MORIBUNDO

[E morreu este conde dom Anrique em Estorga que era sua e tinha aprazada a vila de Leom que se ante quatro meses lhe nom acorresse o Emperador que fosse a *cidade* de Leom sua com todas sas perteenças. E morreu o Conde D. Anrique ante este prazo dous meses e cinco dias em Astorga.]

1. E ante que morresse chamou seu filho dom Afonso Anrique e disse-lhe:
2. — Filho, toda esta terra que te eu leixo de Estorga ataa além de Coimbra nom percas ende ùu palmo
3. Ca eu a gaanhei *com grand cuita e con grand trabajo*.
4. E, filho, toma do meu coraçom algum tanto que sejas esforçado.
5. E see companheiro a filhos d'algo
6. E dá-lhe *siempre sus soldadas bien paradas*.
7. E aos concelhos faze-lhes honra e aguisa como hajam direitos assi os grandes como os pequenos.
8. E por rogo nem por cobiça nom leixes a fazer justiça
9. Ca se ùu dia leixares de fazer justiça ùu palmo
10. Logo em outro dia se arrederá de ti ùa braça.⁷
11. E, porém, meu filho, tem sempre justiça em teu coraçom.
12. E haverás Deus e as gentes.
13. E non consentas em nenhũa guisa que teus homens sejam soberbos nem atrevudos em mal nem façam pesar a nem ùu, nem digam torto
14. Ca tu perderias per taes cousas o teu bõo preço se o non vedasses.

1 — AS RECOMENDAÇÕES DO CONDE MORIBUNDO

(E morreu este Conde D. Henrique em Astorga que era sua. Tinha cercado a vila de Leão e pactuado com ela que, se dentro de quatro meses o Imperador a não socorresse, a mesma cidade fosse sua com todas as suas pertenças. Morreu o Conde D. Henrique dois meses e cinco dias antes deste prazo em Astorga.)

1. E antes que morresse chamou seu filho D. Afonso Henriques e disse-lhe:
2. — Filho, toda esta terra que te eu deixo de Astorga até além de Coimbra não percas dela um palmo
3. Pois eu a ganhei com grande pena e trabalho.
4. E filho toma do meu coração algum tanto, com que sejas valente
5. E sê companheiro para os fidalgos
6. E dá-lhes sempre os seus soldos bem contados.
7. E respeita os concelhos e faz com que tenham os seus direitos tanto os grandes como os pequenos.
8. E nem por pedidos nem por cobiça deixes de fazer justiça
9. Pois se um dia deixares de fazer justiça um palmo
10. Logo ao outro dia se afastará de tí uma braça.
11. E por isso, meu filho, guarda sempre justiça no teu coração.
12. E terás contigo Deus e as gentes.
13. E não consintas de modo algum que os teus homens sejam soberbos, nem se atrevam a fazer mal nem injuriem alguém
14. Pois por tais coisas perderias o teu bom nome, se as não impedisses.

15. E chama agora os de Estorga e mandar-te-ei fazer menagem dos da *cibdad*⁸

16. *E despues que yo muriere sal comigo fuera da vila por me honrar*

17. *E desi tornate luego e non pierdas este lugar*

18. Ca de aqui conquererás o al adiante.

19. E manda a meus vassalos que me levem a soterrar a Santa Maria de Bragaa que eu poborei. —

20. Morreu o Conde D. Anrique e guisaram todos sas fazendas como o levassem.

21. E perguntou Afonso Enriques os vassalos se iria com seu padre a Bragaa ou se ficaria.

22. E eles disserom que fosse com seu padre e o honrasse e non se temesse nada da terra.

23. *E el creyólos* e foi soterrar o padre a Bragaa.

24. E tremente el foi soterrar o padre filharom-lhe acá toda a terra de Leom que el tinha por sua,

25. Mais nom lhe filharam Galiza ca nom puderom.

26. Depois desto o mandou desafiar o Emperador e tornou-lhe seu amor.⁹

27. E foi-se logo para Portugal e nom achou u se colher

28. Ca toda a terra se lhe levantou co'a madre.

29. E a madre casou-se com o Conde D. Fernando de Trastamara que era em aquela sazom o melhor homem de Espanha que rei non fosse.

15. E chama agora os de Astorga, e mandar-te-ei fazer menagem dos da cidade.
16. E depois que eu morrer sai comigo fora das muralhas da vila para me honrar
17. E volta logo em seguida, e não percas este lugar
18. Pois de aqui conquistarás o território para a frente.
19. E manda aos meus vassallos que me levem a enterrar a Santa Maria de Braga que eu povoei. —
20. Morreu o Conde D. Henrique e fizeram todos os seus preparativos para o levarem.
21. E perguntou Afonso Henriques aos vassallos se iria com seu pai a Braga ou se ficaria em Astorga
22. E eles disseram que fosse com seu pai, e lhe prestasse as honras e que não receasse os da terra.
23. E ele acreditou no que lhe diziam, e foi enterrar o pai a Braga.
24. E enquanto ele foi enterrar o pai tomaram-lhe cá a terra de Leão de que ele era senhor,
25. Mas não lhe tomaram a Galiza, porque não puderam.

2 — A GUERRA ENTRE O FILHO E A MÃE

26. Depois disto o Imperador mandou-o desafiar, e retirou-lhe a sua amizade.
27. Foi-se então para Portugal e não achou onde se acolher
28. Porque a terra se pôs contra ele ao lado da mãe
29. E a mãe casara-se com o Conde D. Fernando de Trastamara que era então o homem mais importante de Espanha abaixo do Rei.

30. Afonso Enriquez furtou dous castelos a sa madre,¹⁰
31. E um foi Nevía e o outro o castelo da Feira, que é em terra de Santa Maria.
32. E com aqueles dous castelos guerreou ele mui rijamente seu padraço.
33. E disse o Conde D. Fernando: — Afonso Anriquez, nom andemos neste preito,
34. Vamos ù dia à fazenda, ca sairemos nós de Portugal ou vós. —
35. E respondeu Afonso Anriquez e disse:
36. — Conde, pese a Deus porque me queredes sacar da terra de meu padre. —
37. E a madre disse entom: — Minha é a terra e minha seerá,
38. Ca meu padre el-rei D. Afonso ma leixou. —
39. E o Conde D. Fernando disse entom a ela:
40. — *D. Teresa*, nom andemos neste pleito.
41. Ou íredes vós comigo a Galiza, ou leixaremos a terra a vosso filho se mais puder ca nós. —
42. E disse a Rainha: — Conde, vosso quero entrar na az e averedes que fazer polo meu amor.
43. E todavia prendede Afonso Enriquez meu filho, ca melhor poder tendes ca ele.
44. E entraram e vierom à fazenda em Guimarães,
45. E foi arrincado Afonso Anriquez e foi mui mal treito.
46. E el indo a ùa légua de Guimarães achou-se con *su amo* Soeiro Mendes que o vinha ajudar em sa fazenda.¹²
47. E disse-lhe: — Como vindes assi, *criado* e senhor? —¹⁴
48. Respondeu Afonso Henriques: — Venho mui mal ca me arrincou meu padraço
49. E minha madre estava com ele na az. —

30. Afonso Henriques apoderou-se de dois castelos de sua mãe,
31. Um foi o castelo de Neiva e outro o da Feira que é em terra de Santa Maria.
32. E daqueles dois castelos fez guerra muito rija a seu padraсто.
33. Disse o Conde D. Fernando: — Afonso Henriques não andemos neste litígio,
34. Vamos um dia à batalha, e ou nós saíremos de Portugal ou vós. —
- 35 e 36. Respondeu Afonso Henriques: — Conde, Deus vos castigue porque me quereis tirar da terra de meu pai. —
37. Disse então a mãe: — Minha é a terra e minha será
38. Pois meu pai el rei D. Afonso ma deixou. —
39. Disse então a ela o Conde D. Fernando:
40. — D. Teresa, não andemos nesta questão.
41. Ou ireis comigo a Galiza, ou deixaremos a terra a vosso filho se tiver mais poder que nós. —
42. E disse a Rainha: — Conde, quero entrar na hoste convosco e haveis que fazer pelo meu amor ¹¹
43. E de toda a maneira predeu Afonso Henriques, meu filho, pois tendes mais força que ele. —
44. E encontraram-se e combateram em Guimarães
45. E foi desbaratado Afonso Henriques e muito mal tratado.
46. E indo a uma légua de Guimarães encontrou o seu aio Soeiro Mendes que o vinha ajudar na batalha ¹²
47. E disse-lhe Soeiro Mendes: — Como vindes assim «criado» e senhor?
48. Respondeu Afonso Henriques: — Venho muito mal, que me desbaratou meu padraсто.
49. E minha mãe estava com ele na hoste. — ¹³

50. *El amo* lhe disse: — Nom fezeistes siso que à batalha fostes sem mim.
51. Mais tornade-vos comigo e prenderemos vosso padrasto e vossa madre co' ele — ¹⁵
52. E el disse: — Deus aguise que seja assi. —
53. E Soeiro Meendes lhe disse: — Vós veredes que assi seerá. —
54. E tornou-se entonces *con su amo* à batalha.
55. E venceu-a e prendeu seu padrasto e sa madre.
56. E o *Conde D. Ferrando cuidando* a ser morto ¹⁶
57. Fez-lhe preito e menagem que nunca entrasse em Portugal.
58. E disi foi-se *luego* para terra de Ultramar. ¹⁷
59. Afonso Anriquiz meteu entom sa madre em ferros.
60. Ela, quando viu que assi prendia a madre, disse:
61. — Afonso Ariquiz meu filho, prendestes-me e metestes-me em ferros
62. E deserdastes-me da terra que me leixou meu padre e quitastes-me de meu marido.
63. Rogo a Deus que preso sejades assi como eu sou.
64. E porque me metestes nos meus pés ferros quebrantadas sejam as tuas pernas com ferros.
65. E mande Deus que se compra esto. —
66. E ela enviou-se logo querelar ao Emperador, que era seu sobrinho,
67. Que lhe acorresse e que a sacasse de prison,
68. E que houvesse todo Portugal por seu.

50. Disse-lhe o aio: — Foi falta de siso terdes ido à batalha sem mim.
51. Mas voltaí comigo e prenderemos o vosso padrasto e vossa mãe com ele. —
52. Afonso Henriques disse: —Deus faça com que seja assim. —
53. Soeiro Mendes lhe disse: — Vós vereis que assim será. —
54. Voltou então com o seu aio à batalha
55. E venceu-a e prendeu seu padrasto e sua mãe.
56. E o conde D. Fernando, temendo ser morto,
57. Fez-lhe preito e menagem que nunca mais entraria em Portugal,
58. E foi-se logo para terra de Ultramar.
59. Afonso Henriques meteu então a mãe em ferros.
60. Ela quando viu que assim a prendia em ferros, disse:
61. — Afonso Henriques meu filho, prendestes-me e metestes-me em ferros,
62. E deserdastes-me da terra que me deixou meu pai, e separastes-me de meu marido.
63. Rogo a Deus que preso sejais assim como eu sou
64. E porque me metestes nos meus pés ferros, quebradas sejam as tuas pernas com ferros.
65. E mande Deus que se cumpra isto. —
66. Ela mandou logo uma queixa ao Imperador, que era seu sobrinho,
67. Pedindo que a socorresse e a tirasse de prisão,
68. E que houvesse todo Portugal por seu.

3 — A GUERRA COM O IMPERADOR

69. E os portugueses tiveram todos com Afonso Anriquiz,

70. E souberam como se guisava o Emperador para vir conquerer todo Portugal e sacar sua tia de prisom.

71. E veerom todos mui bem guisados a ùu lugar que chamom Valdevez.

72. E armaram-se ali todos e atenderom-no i.

73. E veo o Emperador com grande poder que adusse,

74. de Aragom e de Castela e de Leom e de Galiza.

75. E houveram a fazenda em Valdevez e venceu Afonso Henriquez.

76. E o Emperador foi ferido em na perna deestra de duas lançadas

77. E foi-se da fazenda em ùu cavalo branco,

78. E foi-se a Toledo ca houve medo de perder a cidade.

79. E prenderam ao Emperador em sa fazenda sete condes e outros cavaleiros muitos e matarom-lhe muita gente.

80. E Afonso Henriques foi-se logo dali e ganhou todo Portugal per sas armas como se fosse de mouros.

81. E levou consigo sa madre presa.

.....
(«E depois houve a batalha em nos campos de Ourique e venceu-a. E desali em diante se chamou el-rei D. Afonso de Portugal e entom tomou por armas as cinco quinas.»)

69. Os portugueses tomaram todos o partido de Afonso Henriques.
70. E souberam como se preparava o Imperador para vir conquistar todo Portugal e tirar a tia da prisão.
71. Vieram todos muito bem preparados a um lugar que chamam Valdevez
72. E armaram-se todos e esperaram-no aí.
73. Veio o Imperador com grande poder que trouxe
74. De Aragão e de Castela e de Leão e de Galiza.
75. Travaram o combate em Valdevez, e venceu Afonso Henriques.
76. O Imperador foi ferido na perna direita por duas lançadas,
77. E saiu-se da batalha num cavalo branco,
78. E foi-se a Toledo, pois teve medo de perder a cidade.
79. Tomaram ao Imperador no combate sete condes e muitos outros cavaleiros e mataram-lhe muita gente.
80. Afonso Henriques foi-se logo dali e ganhou todo Portugal por armas como se fosse de mouros.
81. E levou consigo sua mãe presa.

(Depois teve a batalha nos campos de Ourique e venceu-a. E dali em diante chamou-se «El rei D. Afonso de Portugal». E tomou então por armas as cinco quinas.)

82. E o apóstoligo de Roma ouviu dizer como prendera sa madre e que a trazia consigo presa.
83. E mandou-lhe dizer pelo bispo de Coimbra
84. Que sacasse sa madre de prisom e senom que o escomungaria.
85. E el disse que a non sacaria por nenguem.
86. E o bispo excomungou-o e foi-se de noite.
87. E no outro dia de manhã disserom a el rei que ele era excomungado.
88. El rei foi-se entonce para a sé e meteu todos los cónigos na clastra
89. E disse-lhes ante todos: — Vós dade-me ù bispo. —
90. Eles disserom: — Senhor bispo havemos, e como vos daremos bispo? —
91. El rei lhes disse: —Esse que vós dizedes nunca aqui será bispo em todos meus dias.
92. Mais saíde-vos todos pela porta e eu catarei qual faça bispo. —
93. E eles fizeram-no assi. El-rei viu viir ù que era negro e disse-lhe:
94. Tu, como hás nome? — E o clérigo lhe disse: — Eu hei nome Martinho. —
95. — E teu padre como há nome? — E el disse: — Senhor, Çoleima. —
96. El-rei lhe disse: — Es bom clérigo? — Disse el: — Senhor, non há melhores dous na companha. —
97. Entonce disse el-rei: — Tu seerás bispo D. Çoleima e guisa como me digas missa. —
98. E respondeu o clérigo: — Senhor nom são ordenado como bispo per que assi vos possa dizer missa. —

4 — *O BISPO NEGRO*

82. O Papa de Roma ouviu dizer como ele prendera sua mãe e que a trazia consigo presa.

83. Mandou-lhe dizer pelo bispo de Coimbra

84. Que a tirasse de prisão, senão que o excomungaria.

85. Ele disse que a não soltaria por ninguém.

86. E o bispo excomungou-o e foi-se de noite.

87. No outro dia de manhã disseram a el-rei que estava excomungado.

88. El-Rei foi então para a Sé, meteu todos os cónegos no claustro

89. E disse-lhes perante todos: — Vós dai-me um bispo. —

90. Eles disseram: — Senhor, temos bispo, como vos daremos bispo. —

91. Disse el-rei: — Esse que vós dizeis nunca aqui será bispo em dias da minha vida.

92. Mas vinde todos por aquela porta e eu olharei para escolher o que farei bispo. —

93. Eles fizeram-no assim. O rei viu vir um que era negro e disse-lhe:

94. — Tu, como te chamas? — Disse-lhe o clérigo: — Chamo-me Martinho. —

95. E teu pai como se chama? — Senhor, Soleima. —

96. És bom clérigo? — Senhor, não há dois melhores na companhia. —

97. Então disse el-rei: — Tu serás bispo, D. Soleima e prepara-te para me dizeres missa. —

98. Respondeu o clérigo: — Senhor, não estou ordenado bispo, para assim vos poder dizer missa. —

99. El-rei lhe disse: — Eu te ordeno que me digas missa, e senom cortar-te-ei a cabeça com esta espada. —
100. E o clérigo com medo meteu-se na vestimenta e cantou missa.
101. E este feito souberam-no em Roma e cuidarom que era herege.
102. E enviaram-lhe ùu cardeal que lhe mostrasse a fé.
103. Aqueste cardeal veio per casas dos reis de Espanha e honravam-no muito.
104. E disserom *los Portugaleses*: — Senhor aqui vos vem ùu cardeal de Roma,
105. Porque sodes mizcrado com o Papa por este bispo que assi fezestes. —
106. El-rei disse: — Nom me arrepeesco. —
107. E eles disserom-lhe: — Todos os reis o veem a receber e lhe beijam a mão. —
108. El-rei disse entonce: — Nom seeria tanto honrado cardeal nem apostólico se i veesse,
109. Que me desse a mão a beijar que lhe eu nom cortasse o braço pelo còvodo.
110. E desto el nom podia falecer. —
111. E aquestas parávoas houve-as de saber o cardeal quando chegou a Coimbra, e houve grande medo.
112. El-rei nom quis sair a recebê-lo, e ali teve o cardeal que era mal.
113. E o cardeal que chegou foi-se pera o alcácer del-rei.
114. E el-rei recebeu-o estonces mui bem em seus paaços,
115. E disse-lhe logo: — Cardeal que veestes aqui fazer
116. Ca de Roma nunca *me vino bien* senom mal?

99. El-rei lhe disse: — Eu te ordeno que me digas missa, senão cortar-te-ei a cabeça com esta espada. —
100. E o clérigo com medo meteu-se na vestimenta e cantou missa.
101. Este feito foi sabido em Roma e cuidaram que o Rei era herege,
102. E enviaram-lhe um cardeal que lhe ensinasse a fé.
103. Este cardeal veio pelas cortes dos reis de Espanha, que lhe davam todas as honras.
104. Disseram os portugueses: — Senhor, eis aqui vem um cardeal de Roma
105. Porque sois desavindo com o Papa por causa deste bispo que assim fizestes.
106. El-rei disse: — Não estou arrependido. —
107. Eles disseram-lhe: — Todos os reis o vêm a receber, e lhe beijam a mão. —
108. El-rei disse então: — Não haverá cardeal tão cheio de honras, nem Papa que viesse aí
109. Que me desse a mão a beijar que eu não lhe cortasse o braço pelo cotovelo.
110. E a isto não podia ele escapar. —
111. Estas palavras veio o cardeal a sabê-las quando chegou a Coimbra e teve grande medo.
112. El-rei não quis sair a recebê-lo e o cardeal teve isso por mau sinal
113. E assim que chegou foi-se para o alcácer de el-rei.
114. El-rei recebeu-o então muito bem nos seus paços
115. E disse-lhe logo: — Cardeal, que viestes aqui fazer,
116. Que de Roma nunca me veio bem mas só mal?

117. E qual riqueza me enviom de Roma pera estas hostes que faço sempre,
118. Que nunca quedo de dia nem de noute de guerrear com mouros?
119. E Dom Cardeal, se trazedes algo, que me dedes, senom, ide-vos vossa via. —
120. E o cardeal disse: — Eu são viindo por vos demonstrar a fé de Jesu Cristo. —
121. E el-rei disse: —Tão bõos livros temos nós acá como vós em Roma.
122. E tão bem sabemos como veio Deus em na Virgem Maria como vós alá os Romãos.
123. E nom queremos outra cousa de Roma.
124. Mais dem-vos agora todas aquelas cousas que fazem mester.
125. E crás nos veremos eu e vós se Deus quiser. —
126. E o cardeal se foi estonce pera sa pousada e mandou logo dar cevada aas sas bestas.
127. E enviou por todolos clérigos da cidade quando cantava o galo.
128. E escomungou toda a cidade *e el reino*, e cavalgou e foi-se sa carreira.
129. E quando foi a luz andara já ele duas léguas ¹⁸.
130. El-rei levantou-se de manhã e disse: — Vamos ver o cardeal. —
131. E os vassalos lhe disserom: — Senhor ido é já sa via e escomungou-vos e todo o vosso reino. —
132. E el disse: — Dade-me o meu cavalo e irei após o cardeal. —
133. E derom-lhe entom o cavalo, e vistio sa pele e cingiu sa espada,
134. E foi depós ele e acalçou-o em ùu lugar que dizem Santa Maria da Vimieira.

117. E que riqueza me enviam de Roma para estas hostes que faço sempre,
118. Que nunca paro nem de dia nem de noite de guerrear com mouros?
119. Senhor cardeal, se trazeis algo para me dar entregai-mo, senão segui vosso caminho. —
120. E o Cardeal disse: — Eu vim para vos ensinar a fé de Jesus Cristo. —
121. E disse o Rei: — Tão bons livros temos nós aqui como vós em Roma,
122. E sabemos tão bem como veio Deus na Virgem Maria, como vós lá os Romanos.
123. E não queremos outra coisa de Roma.
124. Mas dêem-vos agora tudo o que for preciso
125. E amanhã nos veremos eu e vós, se Deus quiser. —
126. O cardeal foi-se então para a sua pousada, e mandou logo dar cevada às cavalgaduras
127. E mandou chamar todos os clérigos da cidade quando cantava o galo,
128. E excomungou toda a cidade e o reino, e cavalgou e seguiu o seu caminho,
129. E quando foi a alvorada tinha já andado duas léguas.
130. O Rei levantou-se de manhã e disse: — Vamos ver o cardeal. —
131. E os vassallos lhe disseram: — Senhor, já se foi embora, e excomungou-vos e a todo o vosso reino.
132. Disse o Rei: — Dai-me o meu cavalo e irei após o cardeal. —
133. Deram-lhe então o cavalo, e vestiu a pele, e cingiu a espada.
134. E foi atrás do cardeal e alcançou-o num lugar que chamam Santa Maria da Vimieira.

135. E deitou-lhe a mão no cabeça e sacou a espada e quisera-lhe talhar a cabeça.
136. E disseram quatro cavaleiros que chegaram:
137. — Senhor tal nom façades, ca se o cardeal matades terom os de Roma que de todo em todo sodes herege. —
138. E estonce disse el-rei esta parávoa:
139. — Vós dades a cabeça ao cardeal, ca senom eu a levava dele. —
140. E o cardeal lhe disse: — Rei nom me façades mal e qual preito vos quiserdes tal porei convosco. —
141. El rei disse: — Pois quero que em todos meus dias nom seja Portugal excomungado,
142. E que nom levedes daqui ouro, nem prata nem bestas senom três. —
143. E estonce lhe filhou quanto haver lhe aí achou.
144. E ouro e prata e todalas bestas senom três.
145. E disse el-rei: — Esto quero eu de vós em serviço. —
146. E disse el-rei ao cardeal: — Quero de vós que me enviedes carta de Roma que Portugal nunca seja excomungado em todos meus dias,
147. Ca eu o gaanhei com esta minha espada.
148. E quero que me leixees aquele vosso sobrinho filho de vossa irmã em penhor, até que aqui seja a carta,
149. E se a quatro meses aqui nom for a carta que eu talhe a cabeça a vosso sobrinho. —
150. E veio-lhe a carta aos quatro meses.
151. E des ali em diante el foi bispo e arcebispo
152. E em todos seus dias nem ùu fez al en sa terra senom o que el quis.

135. E deitou-lhe a mão ao cabeção, e tirou a espada, e queria-lhe cortar a cabeça.
136. Disseram quatro cavaleiros que entretanto chegavam:
137. — Senhor, não façais isso, que se matais o cardeal, terão os de Roma que de todo em todo sois herege. —
138. E então disse o rei esta palavra:
139. — Vós dais a cabeça ao cardeal. Senão eu a levarei dele. —
140. E o cardeal lhe disse: — Rei, não me façais mal, e farei convosco o pacto que quiserdes.
141. O Rei disse: — Pois quero que em dias de minha vida Portugal nunca seja excomungado,
142. E que não leveis daqui ouro, nem prata, nem cavalgaduras senão três. —
143. E então tirou-lhe o haver que lhe achou
144. E o ouro e a prata e as cavalgaduras menos três.
145. E enquanto o fazia ia dizendo: — Isto quero eu de vós como serviço.
146. E disse el-rei ao cardeal: — Quero de vós que enveis de Roma uma carta prometendo que nunca Portugal seja excomungado em dias da minha vida.
147. Pois eu o ganhei com esta minha espada.
148. E quero que me deixeis aquele vosso sobrinho, filho da vossa irmã, com refém, até que aqui esteja a carta.
149. E se dentro de quatro meses aqui não estiver a carta, que eu corte a cabeça a vosso sobrinho. —
150. E veio-lhe a carta aos quatro meses.
151. E desde ali em diante ele foi bispo e arcebispo
152. E ninguém, em dias da sua vida, fez na sua terra senão o que ele quis.

5 — O DESASTRE DE BADAJOZ

[«Depois deste pelo mal e pelo pecado que fez a sua madre em prendê-la quebrou-lhe a perna em Badalhouce, que havia filhada a Mouros e foi desta maneira»]

153. El-rei D. Fernando de Leom quando soube que el-rei de Portugal filhara Badalhouce, 154. Que era em seu termo, porque era sua a conquista,
155. Ajuntou grande hoste e foi sobre ele.
156. E os vassallos d'El-rei D. Afonso disserom-lhe entom
157. — Senhor aqui vos vem El-rei D. Fernando com grande hoste. —
158. El-rei D. Afonso disse com grande orgulho:
159. — Pois armemo-nos e saiamos com el ao campo. —
160. E como El-rei D. Afonso foi armado em cima do seu cavallo, deu de esporas ao cavallo mui trigosamente,
161. E quando saíu pela porta acertou a perna perante o ferrolho da porta,
162. E tão de rijo saía que lhe quebrou a perna,
163. (*Esto fué por el pecado quel fiziera contra su madre* ⁶)
164. e foi logo cair em ãu centeal.
165. E D. Fernando Ruiz, o castelão, que o viu cair do cavallo,
166. Saíu logo a dizê-lo a El-rei D. Fernando: — Senhor aqui jaz El-rei D. Afonso com a perna quebrada,

5 — *O DESASTRE DE BADAJOZ*

(Depois disto pelo mal e pelo pecado que fez a sua mãe em prendê-la, quebrou uma perna em Badajoz, que tinha tomado aos mouros, e foi desta maneira.)

153. O rei D. Fernando de Leão quando soube que o rei de Portugal tomara Badajoz
154. Que era na sua zona, porque lhe pertencia a conquista,
155. Juntou grande hoste e avançou contra ele.
156. E os vassalos del rei D. Afonso disseram-lhe então:
157. — Senhor eis aqui vos vem el rei D. Fernando com grande hoste. —
158. O Rei D. Afonso disse com grande orgulho:
159. — Pois armemo-nos, e vamos contra ele ao campo. —
160. E logo que El-rei D. Afonso foi armado e posto em cima do seu cavalo deu de esporas ao cavalo apressadamente,
161. E ao sair pela porta a perna acertou no ferrolho da porta
162. E saía com tanta força que lhe quebrou a perna,
163. E foi logo cair num campo de centeio.
164. Isto foi pelo pecado que ele fizera contra a mãe.
165. D. Fernando Ruiz, o Castelhana, quando o viu cair do cavalo
166. Sáiu logo a dizê-lo a El-rei D. Fernando: — Senhor aqui jaz el-rei D. Afonso com a perna quebrada

167. E prendede-o ca pouca gente tem ainda consigo. —
168. E ali o prendeu logo el-rei D. Fernando.
169. E deu-lhe (Afonso Henriques) quantos castelos
tinha filhado em Galiza,
170. E fez-lhe preito e menagem que como cavalgasse
em cavalo fosse a El-rei D. Fernando u quer que ele
fosse.
171. E entom se tornou em Coimbra e nunca mais
cavalgou em todos seus dias até que morreu, e andava em
ũa carreta.

167. Predei-o que tem pouca gente ainda consigo. —
168. E ali o prendeu logo o rei D. Fernando.
169. Afonso Henriques deu-lhe quantos castelos tinha tomado na Galiza
170. E fez-lhe preito e menagem que logo que montasse em cavalo iria ao Rei D. Fernando onde quer que ele estivesse.
171. Então voltou para Coimbra e nunca mais cavalou em dias de sua vida até morrer. E andava numa carreta.

IV / TRADIÇÃO E HISTÓRIA

Dividimos o texto em cinco episódios: 1) o discurso do conde moribundo pelo qual Afonso Henriques é constituído seu sucessor como senhor do território e também seu sucessor espiritual, herdeiro «do seu coração»; 2) a guerra entre o filho e a mãe, acompanhada pelo padrasto, em que há um diálogo entre os três, e em que o filho vence a batalha graças a Soeiro Mendes, havendo também um diálogo entre o amo e o pupilo; este episódio termina pela maldição proferida pela mãe contra o filho; 3) a guerra de Afonso Henriques com o Imperador, em que sete condes do Imperador ficaram presos; 4) o conflito entre o rei e o cabido da Sé, resultante da fuga do bispo após ter excomungado a cidade; este conflito termina pela nomeação de um novo bispo pelo Rei; há curiosíssimos diálogos entre o Rei e os cónegos da Sé, e entre o mesmo e Martinho Suleiman; a visita a Coimbra do cardeal legado do papa e episódio consequente, em que se dá um diálogo de surdos entre os dois principais personagens e em que a força da espada triunfa do direito canónico; 5) o cumprimento da maldição materna em Badajoz, maldição que não vai até às últimas consequências, graças à manha do Rei.

Entre os episódios três e quatro intercala-se uma notícia da batalha de Ourique, após a qual Afonso Henriques passa a chamar-se Rei de Portugal e a usar uma bandeira nova.

Consideremos estes episódios de um ponto de vista histórico.

O primeiro episódio não corresponde a um facto histórico, como é óbvio. O discurso do Conde só pode ser imaginário. Além disso sabemos que Afonso Henriques, nascido em 1110, teria dois ou três anos quando o conde faleceu (1112). Aliás neste episódio não há diálogos nem personagens salientes. No entanto há nele factos verdadeiros: é facto que o Conde morreu em Astorga e que está sepultado em Braga, como diz a tradição. Quanto ao discurso, é uma composição do autor, mas não gratuita: mostra claramente que Afonso Henriques é o verdadeiro e único sucessor do pai quanto à posse e defesa das terras («esta terra que te deixo... não percas dela um palmo»); quanto ao governo do Estado, visto que é uma lição sobre os deveres do senhor para com os vassallos (que são os fidalgos e os concelhos), e quanto ao espírito («toma do meu coração algum tanto que sejas esforçado»). É neste discurso que se estabelece, em relação ao Condado, o direito de sucessão hereditária, que implicava a sua independência política, e em que se fundamentam os direitos de Afonso Henriques, que contra sua mãe, quer contra o Imperador. É a base da razão de Afonso Henriques, a justificação moral do seu comportamento futuro. Podemos pois dizer que, embora não esteja de acordo com a realidade factual, resume a situação jurídica do ponto de vista do próprio Afonso Henriques e dos seus partidários, que eram também os partidários da independência do novo Estado.

Aliás este discurso é muito interessante, porque nos dá a ideia que os príncipes e o povo faziam da função do senhor e das suas obrigações para com os vassallos: companheirismo para com os filhos de algo, respeito dos direitos dos concelhos, e, acima de tudo, observância da justiça. Estes deveres constavam nos costumes e até na legislação. É curioso que a fórmula «por rogo nem por cobiça não deixes de fazer justiça» exista também em textos legais. Nos *Costumes de Beja*, texto da época de D. Afonso III, confirmado por D. Dinis e D. Afonso IV, diz-se numa disposição relativa aos alvazis: «que por medo *nem por rogo nem por cobiça* nem por outra cousa que seja *que não deixem de fazer justiça* e dereito...¹⁹

Quanto ao segundo episódio é um simplificado e ao mesmo tempo confuso resumo da guerra entre Afonso Henriques e sua mãe, guerra aliás muito mal conhecida pelos historiadores. Nele se diz que Afonso Henriques, expulso dos Estados onde mandava seu primo, se refugiou em Portugal, onde a população se levantara com a mãe, etc. e que tomou (ou «furtou») a sua mãe os castelos de Neiva e de Feira. Ora estes dois castelos e territórios pertenciam em 1127 (data histórica em que decorria esta guerra) a senhores que acompanhavam Afonso Henriques. Nesse ano, também, Afonso Henriques, infante, deu carta de couto a uma povoação do julgado de Neiva, sinal de que se estava senhor do território²⁰. Neste ponto, portanto, os raros documentos que restam confirmam a tradição.

Segue-se a batalha entre Afonso Henriques e o Conde D. Fernando, perto de Guimarães, que é histórica e ocorreu em 1128. É curiosa a derrota inicial do jovem infante e a sua fuga, que nada concorreu para engrandecer Afonso Henriques, e que por isso tem toda a

probabilidade de ser uma viva reminiscência dos sobreviventes do acontecimento. Este incidente realça o papel de Soeiro Mendes, de quem já falámos. Ele é o cavaleiro mais marcante e autorizado dos que apoiaram Afonso Henriques, o que condiz com a hierarquia da casa da Maia e com o posto de regente do condado que exercera na ausência do Conde D. Henrique. Seu pai, Mendo Gonçalves, é o *vir illustris et magnae potentiae in toto Portucale* de que os *Annales Portucaleses Veteres* registam a morte, facto muito excepcional quando não se tratava de reis.

O mais antigo *Livro de Linhagens* (c. 1270) refere-se nestes termos a esta família: «A terceira geração [dos fidalgos que fizeram Portugal] foram os da Maia, que foram os mais nobres e os mais filhos de algo de toda a Espanha e como eles vierom do mui nobre e muito alto senhor D. Ramiro...»²¹ E a oposição entre Soeiro Mendes e o Conde D. Fernando era perfeitamente natural, uma vez que este, como segundo marido de D. Teresa, retirava àquele a sua antiga posição de chefe da nobreza e virtualmente do território, imediatamente abaixo da viúva do Conde.

Sobre este ponto o autor do relato parece ter, portanto, reminiscências precisas que a documentação existente parece confirmar: os castelos de Neiva e da Feira como pontos de apoio de Afonso Henriques; Soeiro Mendes «o Bom» como seu aliado.

Passando ao quarto episódio, a batalha de Valdevez, notemos que ela está deslocada no tempo. A tradição épica parece situá-la pouco depois da guerra com D. Teresa, vindo o Imperador para «sacar sua tia de prisão»; ora o encontro de Valdevez deu-se em 1140 (doze anos depois da guerra do filho com a mãe). Quiçá há aí uma

confusão com outro conflito entre Afonso Henriques e seu primo. Por outro lado, segundo os historiadores, não se tratou de um combate propriamente dito, mas de um *bafordo*, espécie de torneio entre um número igual de cavaleiros de ambos os lados, que por convenção entre os exércitos podia substituir a batalha. Nesse torneio foram derribados pelas lanças dos portugueses e ficaram prisioneiros muitos dos mais consideráveis fidalgos do Imperador, como um irmão do mesmo Imperador, um cunhado de Afonso Henriques, o conde Radimiro, o Conde Ponce de Cabrera, e muitos outros ²². Ora encontramos um eco deste pormenor na tradição épica, onde se diz que, «prenderam ao Imperador sete condes e outros cavaleiros muitos». Este número de cavaleiros ilustres capturados explica-se porque a «fazenda» foi um torneio de fidalgos escolhidos, embora o texto o não diga explicitamente. Há, no entanto, um pormenor que se ajusta mais à ideia de torneio que à de batalha. Os portugueses, diz o nosso texto «vieram todos muito bem arranjados (guisados)» ao lugar «e armaram-se ali todos». Em geral um exército não se arma no próprio lugar do combate; e a insistência no arranjo dos combatentes, no seu preparo (que nos faz pensar no luzimento e elegância dos cavaleiros) é mais própria de quem está a relatar um torneio. Há portanto no espírito do narrador uma reminiscência adequada: a quantidade de grandes cavaleiros aprisionados; e transparece, embora provavelmente mal expressa, a ideia de um torneio luzido, onde os portugueses caprichavam em se apresentar bem. E esta atenção ao preparo dos cavaleiros é confirmada pela nota de que o Imperador fugiu em «cavalo branco».

Quanto ao curiosíssimo episódio quatro (que tem sido um dos mais contestados por certa escola de

historiadores) não temos apoios documentais que nos permitam ajuizá-lo de um ponto de vista literal. É o mais pormenorizado e o de personagens mais salientes. Pelo seu realismo concreto e até pela sua aparente aberração (quem ia imaginar um bispo «negro» em Coimbra nos primeiros tempos da nacionalidade, porquê e para quê?) parece-nos evidente que ele tem qualquer fundamento, corresponde a qualquer memória, e aventaremos a esse respeito uma hipótese em capítulo especial.

Quanto ao quinto episódio, o do desastre e aprisionamento de Afonso Henriques em Badajoz, é bem conhecido dos historiadores e há dele duas versões, fundamentalmente: numa, Afonso Henriques quebra a perna quando tentava fugir de Badajoz, atacado pelo rei de Leão; noutra, quando corria a cavalo para atacar o exército dele. Esta última versão, a mais favorável aos portugueses, é a que se encontra tanto *na Crónica de Vinte Reis* como na *4.ª Crónica Breve de Santa Cruz*. Não é preciso insistir na historicidade do facto, já referido pelos historiadores Lucas de Tui e Rodrigo arcebispo de Toledo. L. Cintra compara as diversas versões.

Deixando para outro lugar o episódio do Bispo Negro e do conflito com o papa, encontramos neste relato algo como uma *historicidade pontual*, isto é, o autor conserva a ideia de nomes de pessoas (Soeiro Mendes), de lugares (castelos de Feira e de Neiva, Valdevez), de sucessos (como a batalha de Guimarães e o pormenor do desbarato e fuga de Afonso Henriques) e ainda a reminiscência confusa (ou, talvez antes, mal expressa) do bafordo de Valdevez.

O que lhe falta, todavia, é a perspectiva cronológica, ou antes: esta perspectiva está deformada, de modo que os acontecimentos estão todos organizados em torno do

conflito entre a mãe e o filho. O essencial é que a mãe tentou esbulhar o filho da terra que era dele, tentou prender o filho, mas foi presa por ele, e amaldiçoou-o. Tudo converge para esta história familiar, desde o discurso do Conde moribundo, que à partida justifica a posição do filho ao reclamar para si o que era seu, até ao desastre da perna partida em que a maldição materna se cumpre. Fora disso, há um círculo de penumbra.

As guerras com os mouros não pertenciam a esta tradição. A referência à batalha de Ourique parece uma intercalação do compilador da crónica, com o fim de justificar o título de *el-Rei* que passa a ser atribuído desde o início da 4.^a parte ao que até aí fora simplesmente chamado *Afonso Henriques*. No início do relato encontramos um confuso *aperçu* das relações iniciais de Afonso Henriques com o Imperador. «Depois disto», diz o narrador, «mandou-o desafiar o Imperador e tornou-lhe o seu amor». «Isto» é a morte do Conde, a ida a Braga de Afonso Henriques, e o terem-lhe tomado a terra de Leão. O cronista de *Vinte Reis* especifica: «Andados catorze años del reinado del rei D. Afonso (VII de Leão e Castela) que fue en la era de 1159 años [1121 da era actual] mandó el emperador D. Alfonso desafiar a Alfonso Enrique y tornó-le su amor». O cronista substituiu por uma data precisa o «depois disto» que se encontra na 4.^a *Crónica Breve*, mas com isso ainda criou mais problemas. O narrador do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* escreveu: «Depois disto (Afonso Henriques) mandou desafiar o Imperador», como se este «desafio» fosse iniciativa de Afonso Henriques por lhe terem tirado toda a terra de Leão. É possível outra interpretação: Afonso Henriques desligou-se da vassalagem que o prendia ao Imperador. O que parece inferir-se do texto

da 4.^a *Crónica Breve* e da *Crónica de Vinte Reis* é a sucessão seguinte: 1, após a morte do Conde, enquanto foi enterrar o pai a Braga, Afonso Henriques, que inicialmente era senhor reconhecido de Astorga, perdeu os seus domínios em Leão, que lhe foram «tomados»; 2, Afonso Henriques ficou, portanto, na Galiza que herdara (supondo que Braga podia ser considerada como Galiza); 3, o Rei de Leão, que também era senhor da Galiza, baniu Afonso Henriques; 4, este procurou então refugiar-se em Portugal, que estava sob o governo de sua mãe e do Conde D. Fernando. Tal parece ser o pano de fundo a partir do qual se desenvolve a acção. O jovem herói aparece inicialmente como um perseguido, espoliado sucessivamente das terras que herdara, peregrinante, até que começou a afirmar-se em terras de Portugal: um desprotegido em busca de terra. (Os castelos de Neiva e da Feira estavam no primitivo território portugalense). Falta nesta versão da tradição o célebre cerco de Guimarães, que existe só na tradição de Egas Moniz, e que teve a fortuna de ser cantado n'Os *Lusíadas* e aceite por Herculano, apreciador dos altos feitos cavaleirescos. Conhecemos muito pouco dos primeiros tempos de Afonso Henriques para podermos joeirar nestas tradições confusas a verdade e a falsidade. Mas alguns condizem com indícios históricos.

V / O BISPO NEGRO E O CONFLITO COM O PAPA

Uma das partes mais surpreendentes do nosso relato épico é a dos conflitos de Afonso Henriques com o Bispo de Coimbra e com o Papa, na qual se encontra o justamente célebre episódio do Bispo Negro, que Herculano romanceou numa das suas *Lendas e Narrativas*, atraído pelo pitoresco e insólito, tão caro aos românticos. Esta parte é *shocking* para historiógrafos de formação convencional e, especialmente, eclesiástica. O P.^e Gonzaga de Azevedo considera-a como «uma tradição caluniosa que durante séculos desonrou a memória do nosso monarca», etc.

O conflito entre o rei e o clero mais o Papa nada tem de extraordinário nesta época. Era antes coisa normal. A arma da excomunhão ou do interdito, que suspendia o ritual religioso em que assentava toda a prática social medieval, era a mais poderosa de que dispunha o clero e provocava violentas reacções da parte do poder civil, porque tocava nos próprios fundamentos culturais da sociedade. São bem conhecidos os embates de Sancho I, filho de Afonso Henriques, com o Bispo do Porto e com o próprio Papa. Este queixou-se de que tinha recebido do rei uma carta insultuosa; quanto ao bispo, o rei chegou a

saquear-lhe e a demolir-lhe as casas e finalmente prendeu-o. Uma das causas do litígio na época de Sancho era o ouro de que a Santa Sé se julgava credora e que o rei não queria pagar. O episódio do conflito com o clero e especialmente com o cardeal legado, quase parece uma simplificação lendária desse aspecto do reinado do sucessor do herói da tradição épica.

Quanto ao à vontade e presteza com que o rei passa a vias de facto, agarrando o cardeal pelo cabeção e levantando a espada contra ele, coisa que já parecia inverosímil aos historiógrafos do século XVI, é um género de comportamento ainda atestado na *Crónica de D. Pedro* por Fernão Lopes: este rei aprestou-se a açoitar pessoalmente o Bispo do Porto, e só o não fez porque os conselheiros intervieram no último momento, quando o bispo já estava despido para receber o látigo. Os reis dos séculos XII e XIII, guerreiros profissionais, não eram certamente mais inibidos.

Não há provas de um conflito grave de Afonso Henriques com a Santa Sé, cuja protecção o rei sempre procurou captar, para se defender contra o rei de Leão e Castela. Mas o Papa só com muita parcimónia dispensou as suas graças a este candidato a rei que durante muito tempo foi Afonso Henriques; mesmo depois de lhe ter aceite o censo e a vassalagem continuou oficialmente a atribuir-lhe o título de *dux*, longos anos depois de Afonso Henriques se intitular a si próprio *rex*. Não é impossível que por causa disto tenha havido desaguisados entre as duas partes, embora disso não constem documentos.

Mas o mais extraordinário, o que é realmente singular, é o aparecimento desse «negro» que foi bispo por ordem do rei. Donde surge, como se explica tal personagem, que não tem paralelo nas crónicas e tradições desta época?

Consideremos o texto com atenção.

Por ordem do Papa, a cidade de Coimbra, onde residia Afonso Henriques, é posta em interdito pelo respectivo bispo, que em seguida fugiu. O rei reúne os cónegos da Sé e exige-lhes que elejam novo bispo. Eles recusam, alegando que já têm um bispo. O rei declara que esse (que fugiu) nunca mais voltará a ser bispo; e manda desfilar os cónegos, para ele próprio designar de entre eles um que faça bispo. Vê passar um «que era negro». Faz-lhe uma espécie de exame rápido: como se chama?, como se chama o pai?, é bom clérigo? O cónego chamava-se Martinho, o pai Soleima, e ele era um dos melhores clérigos da comunidade. O rei responde nomeando-o bispo e ordenando-lhe que diga imediatamente missa nessa qualidade. «Tu serás bispo D. Soleima.» O cónego recusa, por não ser ordenado como bispo (isto é, por não ter os requisitos canónicos, porque o grau de bispo exige uma «ordenação»). Mas, sob a ameaça de cabeça cortada, amedrontado, acabou por se submeter ao rei. Sabido isto em Roma, consideraram que o rei era «herege» e enviaram-lhe um cardeal para lhe «ensinar a fé». O rei recebeu-o mal; tiveram uma entrevista em que o rei declarou que não precisava que lhe ensinassem a fé, mas só que lhe dessem dinheiro para guerrear. O cardeal excomungou a cidade na noite seguinte, ao cantar do galo, e saiu o mais depressa possível. Mas o rei foi em sua perseguição, alcançou-o e fez menção de lhe cortar a cabeça, obrigando-o a prometer do Papa uma carta que isentasse Portugal de ser excomungado enquanto ele fosse vivo.

O Bispo Negro é o ponto fulcral da história. Chamava-se Martinho, que é um nome cristão, o pai Soleima (o mesmo que Zoleiman, Solimão, etc.), que é um nome

árabe. O conjunto é tipicamente moçárabe. O ser «negro» não quer dizer obrigatoriamente que fosse uma raça da África Central, mas apenas que era um pouco mais escuro que os seus confrades. Podemos imaginar que era descendente do cruzamento de cristão com mouro sudanês ou semelhante.

De qualquer forma esta personagem faz-nos recuar para a época distante da Coimbra moçárabe, que teve a sua fase de esplendor a seguir à reconquista em 1064, sob o governo do «alvazi», «conde» ou «cônsul», Sesnando filho de David. Na dependência directa do rei de Leão, Sesnando governou o território de Coimbra (entre o Douro e o Mondego) durante perto de trinta anos, como um verdadeiro soberano. Povoou Coimbra de Moçárabes, ele que fora durante anos homem de confiança do rei de Sevilha, e entregou o bispado da cidade a um certo D. Paterno, também moçárabe, que fora bispo cristão em terra de mouros.

Mas, simultaneamente com D. Paterno, havia em Espanha outro personagem, de nome Pedro, que usava o título de bispo de Coimbra, designado, segundo parece, no concílio de Burgos (1080), que instituiu nas Espanhas o rito romano, em substituição do velho rito hispânico, condenado pelo Papa, também chamado rito moçárabe. Sesnando, todavia, manteve Paterno no seu posto episcopal, enquanto este foi vivo. E quando Paterno morreu, Sesnando nomeou bispo de Coimbra um cónego da catedral, por sinal chamado Martinho, que não chegou a ser consagrado canonicamente mas que usou o título de bispo enquanto Sesnando foi vivo. Depois, o mesmo Martinho voltou a usar o título de prior, que já possuía.²³ A coincidência desta situação com a da história do Bispo Negro consiste em que há bispos nomeados pelo senhor

de Coimbra e não reconhecidos pela hierarquia eclesiástica. Um destes bispos, D. Martinho, é cónego da Sé; o outro é moçárabe, vindo de terra de mouros.

Ora, a crermos um cronista francês desse tempo, o Papa Gregório VII enviou ao Conde Sesnando (tratando-o assim como um príncipe autónomo, nota P. David), um legado para o convencer a aceitar o legítimo bispo Pedro, escolhido no concílio de Burgos, e com ele o novo rito romano.

A missão do legado falhou, e o bispo nomeado por Sesnando não foi substituído.²⁴ Por isso Coimbra foi uma das últimas regiões da Espanha a abandonar o velho rito moçárabe.

Com este pormenor temos quase todos os elementos da história do Bispo Negro: um bispo moçárabe escolhido e mantido por imposição do senhor do território; um legado do Papa a tentar inutilmente convencer o dito senhor a substituir o dito bispo e a submeter-se à lei da Igreja romana. E o bispo (ou um dos dois que fazem o mesmo papel) chama-se Martinho.

Será apenas coincidência? Ou este Bispo Negro, um moçárabe, será um vestígio da Coimbra moçárabe do Conde Sesnando, tempos, ao que parece, já transactos na época de Afonso Henriques?

Atrevo-me a propor uma hipótese. O conde Sesnando pertenceu à geração dos avós de Afonso Henriques, e de uma à outra geração passou uma tradição relacionada com os acontecimentos que acabamos de referir, cujo personagem saliente (à parte o herói central), era o bispo moçárabe, e que sintetizava o processo das relações entre o território de Coimbra e a Santa Sé, no tempo do predomínio dos moçárabes. Essa tradição foi anexada à gesta de Afonso Henriques, cujo nome substituiu o do

primeiro senhor de Coimbra na época do conflito de Sancho I com o clero (1209). Esta substituição dos nomes e figuras dos heróis no processo da transmissão das tradições é fenómeno já nosso conhecido: é o mesmo que ocorre na substituição do nome de Soeiro Mendes pelo de Egas Monis.

Em apoio desta sugestão lembro um pormenor do relato de Santa Cruz e da *Crónica de Vinte Reis*. Diz-se ali que em Roma julgaram que Afonso Henriques era «herege», e que o cardeal veio a Coimbra para lhe «ensinar a fé». Acontece que Afonso Henriques disse ao cardeal que em Coimbra havia «tão bons livros» como em Roma. Tudo se passa como se a questão não se reduzisse a uma mera disputa de poder, mas envolvesse problemas de doutrina. Por isso se fala de «livros». Ora não houve tal problema na época de Afonso Henriques, mas sim na do conde Sesnando, quando Roma tentava impor o rito romano, reformado, num país onde ainda vigorava um rito antigo, vindo dos tempos visigóticos, cuja ortodoxia inspirava desconfianças em Roma. O Papa Gregório VII, em carta a um príncipe de Aragão, dizia que este rito provinha das heresias de Prisciliano e de Ario.²⁵ Os partidários do rito hispânico tradicional podiam sempre alegar que os seus livros eram tão bons como os de Roma (os textos sagrados e as autoridades eram os mesmos) e por isso o rito de cá tão válido como o de lá. A discussão sobre os «livros» não faz grande sentido de outra maneira.

Outra circunstância a ponderar é que este episódio tem uma extensão desmesurada na economia do nosso texto. É muito mais longo que os outros e só indirectamente se prende com o esquema do enredo. Parece um episódio autónomo que lhe foi acrescentado.

Se esta hipótese se comprova, temos que, de recuo em recuo no tempo, o nosso texto da Biblioteca Pública do Porto, caligrafado no século XV, nos leva até uma época de quatro séculos anterior. Não é de excluir uma tradição épica versificada sobre o conde Sesnando, que é um contemporâneo do Cid, a qual teria sido integrada na tradição épica de Afonso Henriques. A ser assim, teríamos uma cadeia ininterrupta de tradições que vieram a fixar-se em crónicas a partir da primeira metade do século XIV e que desde então serviram de base à história de D. Afonso Henriques.

A mais antiga destas tradições, a do Bispo Negro, teria o seu foco de elaboração em Coimbra, pormenor importante porque adensa a possibilidade da existência de uma épica medieval portuguesa simultânea da castelhana.

VI / ORIGEM, FORMAÇÃO E NACIONALIDADE DO CANTAR

Lindley Cintra propôs a hipótese de que o cantar se forma a partir do desastre de Afonso Henriques em Badajoz: quem quer que o compôs procurou a sua justificação na maldição lançada pela mãe do herói.

É uma hipótese muito plausível. O passado — ontem como hoje — é reconstituído a partir do presente. Naquela época um acidente que inutilizou tal herói não podia ser obra do acaso; era certamente um destino. Era preciso remontar no tempo para encontrar a sua causa transcendente. Lembavam-se ainda os contemporâneos do desastre, ou os seus filhos, da guerra do filho contra a mãe e da prisão de D. Teresa. Era fácil encontrar a explicação neste «pecado».

Mas o narrador quis lembrar também as circunstâncias em que se deu tal guerra e de que lado estava nela a razão. Isso obrigava-o a pôr o problema jurídico das razões dos dois contendores, e a contar como o conde D. Henrique deixara as suas terras e o governo delas a seu filho. Remontando no tempo, a memória do narrador chegava até ao conde e a Soeiro Mendes, e descendo-o encontrava o conde D. Fernando, a batalha de Guimarães, e também o imperador que, ajudando D. Teresa, igualmente se opôs

aos legítimos direitos do herói, no bafordo do Valdevez. A legitimidade de Afonso Henriques como senhor de Portugal ficou claramente estabelecida nesta sequência de acontecimentos. Esta legitimidade parece ser uma preocupação fundamental do narrador, pelo que o discurso do conde tem um papel-chave, como principal peça jurídica do processo. E é confirmada pelo juízo de Deus na batalha de Guimarães e no bafordo de Valdevez. Talvez intencionalmente também, o narrador refere o facto de que «os Portugueses tiveram todos com Afonso Henriques» contra o imperador, como se a vontade do povo (no seu sentido mais lato) fosse também um elemento a considerar neste assunto — não já em relação a D. Teresa, mas ao imperador, cujo sucessor havia mais tarde de prender Afonso Henriques, pondo novamente em causa a liberdade do reino que, por herança, por capacidade própria e por vontade do povo, ele governava.

O episódio do Bispo Negro está um pouco fora desta lógica e envolve no fundo outra problemática. Por isso, e por outras razões que propusemos, deve ser uma tradição de origem coimbrã que foi adicionada ao esquema inicial da composição.

Há uma contradição entre esta apologia de Afonso Henriques e o desfecho do poema, pois o herói acaba por ser vítima do seu «pecado» de prender a mãe. Todavia infere-se do poema que a razão estava do lado dele, visto que a mãe o queria esbulhar do que era seu, e o autor do cantar põe em relevo que D. Teresa quis assistir à batalha para animar o conde D. Fernando e lhe recomendou expressamente que prendesse o filho. No caso da prisão, portanto, não é só o direito que está da parte de Afonso Henriques, mas também a justiça. O desfecho de Badajoz parece, assim, incoerente. Mas o problema do «pecado»

não pode, talvez, ser visto dentro desta lógica. O pecado é absoluto e de certa maneira involuntário, como o incesto de Édipo. Afonso Henriques cai em consequência de uma acção que não é humanamente condenável; é aparentemente vítima de uma sanção transcendente, contra a qual a sua intenção e a sua vontade nada podem. O castigo do pecado não envolve a responsabilidade do castigado. Por outro lado, ele é vítima de uma maldição materna, e a maldição tem o valor de um rito mágico cujo cumprimento seja inelutável. O desastre de Badajoz é a consumação de um destino propriamente trágico e que nada tem que ver com direito ou com justiça.

É curioso, todavia, ver que o herói ilude astuciosamente essa sanção transcendente, como em certos contos populares o homem engana a morte. As consequências do desastre de Badajoz não chegam a consumir-se porque ele se finge inválido.

Por estas razões, parece-me que não se pode concluir que o poema é desfavorável a Afonso Henriques e que por isso não deve ser de origem portuguesa. Julgamos, pelo contrário, que é uma apologia incondicional deste herói, e até uma defesa moral e jurídica da sua posição de rei de Portugal, pelo que parece ter sido composto por um seu partidário para um grupo que lhe era favorável, isto é, por um português ou por um leonês favorável à causa portuguesa, e para portugueses.

É provável, portanto, que tenha sido composto originariamente em língua portuguesa, o que contraria a ideia de Menéndez Pidal de que o Castelhana era a língua dos cantares épicos. Mas só provável, porque as línguas das Espanhas, ao nível literário, se especializaram, no espaço de todo o território espanhol, cada uma em seu género. O galego-português foi a língua dos cantares

líricos pelo menos em toda a zona ocidental da Ibéria (Portugal, Leão e Castela), e foi nesta língua que Afonso X, o Sábio, rei de Leão e Castela, escreveu a sua obra poética, na sua corte de Toledo. Nada obstará a que, mesmo em Portugal, os jograis épicos cantassem em Castelhana os seus poemas, inclusive os relativos a tradições portuguesas, tanto mais que as três línguas do ocidente da Península, o português, o leonês e o castelhano, eram ainda muito mais facilmente inteligíveis entre si do que hoje. O castelhano ainda não perdera o *f* (dizia *fazer*), o Português ainda distinguia entre o *s* e o *z* entre vogais (como ainda hoje sucede em Trás-os-Montes), etc. Até época recente cantaram-se em Portugal rimances em castelhano. Mas também nada se opõe a que houvesse várias escolas regionais de jograis épicos, cada uma em sua língua, e essa nos parece a hipótese mais verosímil, dado que os jograis épicos, tratando de temas que interessavam colectivamente uma região, deviam tentar aproximar-se o mais possível da população respectiva. O aparecimento de uma tradição épica em Portugal muda, efectivamente, a perspectiva do problema.

A este propósito é de notar que a *Crónica de Vinte Reis*, a que acolhe a tradição épica favorável a Afonso Henriques, prosifica vários cantares relacionados com a Galiza. A rainha D. Urraca, irmã de D. Teresa, é uma das personagens mais salientes do cantar de D. Fernando, rei de Leão e Castela, que morreu em Leão em 1065 e que foi o reconquistador de Coimbra e outras cidades portuguesas. O seu tema é a morte e o testamento do rei, que vai dar lugar a lutas fratricidas entre os herdeiros, um dos quais foi Garcia, rei da Galiza e de Portugal.

Outro cantar recolhido na mesma crónica tem por personagem principal esse mesmo rei Garcia. E nele se canta como foi preso por seu irmão em Santarém, e como, passando por Coimbra, avistou uma fonte onde as raparigas iam buscar água no dia primeiro de Maio; os cavaleiros que o levavam começaram a cantar as maias e o rei aprisionado chorou. É de notar esta referência a Coimbra e a uma particularidade da cidade.

O cantar do cerco de Zamora (que é zona de língua galega), recolhido também na *Crónica de Vinte Reis*, tem por heroína a já mencionada D. Urraca, que foi senhora da Galiza e lá passou a maior parte da vida. É nele que se encontra o episódio de Pero Ansués, o aio fiel até ao sacrifício da honra, homólogo de Egas Moniz. Desde o século XVI se tem notado a flagrante semelhança entre ambos, que leva a pensar que o feito de Egas Moniz no cerco de Guimarães não é senão uma transposição do de Pero Ansués no cerco de Zamora (a cidade onde Afonso Henriques se armou cavaleiro).

Na mesma *Crónica de Vinte Reis* encontram-se dois capítulos sobre as guerras de D. Urraca com seu filho, o jovem Afonso. Como mostrou Lindley Cintra, está na origem deles um cantar épico cuja temática lembra curiosamente a da tradição épica de Afonso Henriques. D. Urraca e o seu amigo, o conde D. Pedro de Lara, pretendem esbulhar do trono o jovem rei; este prende a mãe e o padrasto: «Y el conde D. Pedro, cuidando a ser muerto, fizole pleito e omenage que nunca tornase en su madre e quel saldrie luego de la su tierra.» Mas chega a um acordo com a mãe, e esta, logo que se vê solta, começa a fazer guerra a seu filho e para isso apodera-se do tesouro das igrejas. Um dia entrou num convento de Leão e roubou o tesouro com as próprias mãos, mas

quando vinha a passar a porta, ao sair, quebrou-se-lhe o corpo ao meio e morreu. Trata-se de variantes do mesmo esquema. Serão obras do mesmo autor ou da mesma escola? A pergunta nasce da coincidência da frase citada de *Vinte Reis*, que é a mesma que noutra capítulo se aplica ao conde D. Fernando, marido de D. Teresa: «El conde D. Fernando, cuidando a ser muerto, fizole pleito e omenage que nunca entrasse em Portugab», etc.²⁶

Isto nos leva a imaginar que houve uma escola galego-portuguesa de joglaria épica sobre temas locais, evidentemente, e personagens marcantes da região, o rei Garcia, D. Urraca, D. Teresa, e o filho desta, Afonso Henriques, e que os seus focos de irradiação seriam Santiago de Compostela, e, por razões que já apontamos, Coimbra — as duas cortes, a do Norte e a do Sul, do território galego-português, o reino efémero de Garcia.

VII / COMENTÁRIO LITERÁRIO

1 — A FORMA VERSIFICADA

Parece-nos que o nosso texto é uma composição em verso. Se considerarmos que o verso era aquele que se usava na narrativa épica castelhana, isto é em dois hemistíquios, rima toante ou assonante (rimando só as vogais tónicas das palavras finais do verso), monorrímo (a rima era sempre a mesma em cada série de versos), tendo cada verso um número irregular de sílabas, parece-nos que é possível reconhecer alguns versos no nosso texto.

Assim:

«Ca se ãu dia leixares de fazer justiça ãu palmo
Logo em outro dia se arredará de tí ãa braça.»

Temos aqui, semanticamente, uma correspondência entre *palmo* e *braça*, dois graus da mesma medida, e a rima assinala essa correspondência. A palavra *ãu* podia pronunciar-se como dissílabo (é a evolução do latim *umu*). Mas em situação proclítica (sem acento próprio) também

pode ser um monossílabo. Teríamos os seguintes hemistíquios:

Ca se ãu dia / leixares de fazer justiça ãu palmo
Logo em outro dia / se arredará de ti ãa braça

Isto é: 4 + 11; 5 + 8 (contando *ãu* como dissílabo e respeitando os hiatos). A primeira cesura é pouco frequente, porque os hemistíquios são muito desiguais; mas a segunda é muito frequente no *Cantar do Mio Cid*. E poderíamos supor que o texto do original seria:

Ca se leixares ãu dia / de fazer justiça ãu palmo

Os hemistíquios do primeiro verso ficariam igualados (8 + 8 ou 7 + 8 ou 7 + 7 conforme *ãu* se pronuncie como monossílabo ou dissílabo e se faça ou não o sinalefa da última sílaba de *justiça* com *ãu*).

E assim teríamos dois versos excepcionalmente perfeitos, tanto do ponto de vista semântico como rítmico, dentro das regras do jogo da épica castelhana:

Ca se leixares ãu dia / de fazer justiça ãu palmo
Logo em outro dia / se arredará de ti ãa braça

É uma sentença que tem a perfeição de um provérbio.

Note-se que utilizamos aqui o texto da *4.ª Crónica Breve*. No da *Crónica de Vinte Reis* a correspondência não é tão evidente:

ca si un dia tanto desejares como una meaja
luego en outro dia se apartarán e se alongarán de ti más que
uma braçada

Parece-nos que se manifesta aqui a mão do prosificador. Para ele, o sujeito do *afastará* não é a *justiça*, mas *eles* (subentenda-se os homens, os vassalos). Deu um sentido mais concreto ao acto de afastar, e necessitou, por isso, de um sujeito concreto. O pensamento é mais analítico. Por outro lado, desfez a oposição entre *palmo* e *braça*, duas quantidades da mesma medida, substituindo *palmo* por *meaja*, que designa uma quantidade ínfima, mas de outra medida, ou antes, não pertencente a qualquer medida. Semanticamente intensifica a ideia de pequenês que a palavra *palmo* já contém, mas desfaz um certo efeito de oposição. Além disso, também intensificou a ideia de afastar geminando-a com um sinónimo: *apartarán* e *alongarán*. Esse processo de geminação de sinónimos é característico da prosa espanhola medieval e renascentista, que busca a redundância.

Mas o par de versos que destacámos da 4.^a *Crónica Breve* também nesta aparece estropeado porque o redactor escreveu: «se arrederá de tí ùa braça de teu coraçom». Parece-nos que «de teu coraçom» é uma redundância desastrada, e a ausência desta expressão em *Vinte Reis* quase nos garante que ele não figurava no texto inicial. Resulta também de uma necessidade de explicar melhor a ideia nele contida — mas os dois redactores seguiram dois caminhos opostos perante a forma condensada um pouco enigmática destes versos. Um interpretou que não é a *justiça* que se afasta do sujeito, mas sim as pessoas que se afastam dele quando ele a não pratica: (ellos) *se apartarán e alongarán de tí*. O outro interpretou que é mesmo a *justiça* que se afasta de quem a não pratica, e julgou necessário especificá-lo claramente, por isso acrescentou *Se arrederá de tí (...) de teu coraçom*. Através

destes opostos declives reconstitui-se facilmente a crista donde eles se apartam, o texto original diversamente interpretado.

Com a ajuda do texto de *Vinte Reis* é possível reconstituir certos versos, em que marcamos a cesura:

*E filho toma do meu coração / algum tanto que sejas esforçado,
E see siempre / companheiro a filhos d'algo,
E dá-lhe siempre / sus soldadas bien paradas.*

O texto português diz: «e see companheiro a filhos d'algo e dá-lhes todos seus direitos.» Segundo a versão reconstituída com o auxílio da versão castelhana temos os seguintes hemistíquios: 10+10; 4+7; 4+7. Parece-nos que neste fragmento o texto português abreviou e tornou a expressão mais vaga. A forma *soldadas bien paradas* é mais concreta e intensiva: trata-se dos soldos que os reis atribuíam aos seus fidalgos em paga de serviços. *Paradas* encontra-se no *Cantar do Mio Cid*, várias vezes, com o significado de concertar, levar a conclusão um negócio, ajustar. Nas Cantigas de escárnio, significa também *pagar*. As soldadas, segundo o redactor do texto, deviam portanto ser ajustadas aos serviços ou à qualidade dos cavaleiros. É uma ponderação que cabe bem no estilo de discurso do Conde.

Também com o auxílio do texto de *Vinte Reis* é possível reconstituir as seguintes rimas:

*E chama agora os de Estorga / e mandar-te-ei fazer a menagem
dos da cibdad
E despues que yo muriere / sal comigo fuera de la villa por me
honrar
E desi tornate luego / e nom pierdas este lugar
Ca de aqui conquererás / o al adiante*

Os dois versos do meio faltam inteiramente no texto da 4.^a *Crónica Breve*, o que é evidentemente uma falha do redactor, pois sem eles a frase não faz sentido. Por outro lado, no primeiro verso, no lugar de *cibdad* encontramos no texto português *vila*. Em castelhano e português *villa* significa o recinto urbano, *cibdad* a comunidade organizada, embora as duas noções por vezes se confundam. O texto castelhano distingue-se aqui claramente e a construção resulta por isso mais lógica. Os hemistíquios seriam:

7+14; 7+13; 7+8; 7+5.

Outro par de versos que se reconstitui facilmente com a ajuda da versão de *Vinte Reis* e do *Livro de Linhagens*:

Venbo mui mal / ca me arrincaram meu padrasto
E minha madre estava / com ele na az.

Até aqui encontramos só uma rima, em *a*. Há todavia outras rimas:

102. *E este feito souberam-no em Roma / e cuidarom que era herege*
103. *E enviarom-lhe ãu cardeal / que lhe mostrasse a fé*

Na versão castelhana:

102. *Este hecho supieram em Roma / e cuidarom que era herege*
103. *E embiaromle un cardenal / quel mostrasse la fé*

O que dá em hemistíquios 9 + 7 e 8 + 6.

Outro exemplo:

125. *Mais dem-vos agora / todas aquelas cousas que fazem mister*
126. *E crás nos veremos / eu e vós, se Deus quiser.*

Em Castelhana:

125. *Más demvos oy / todas las cosas que ovieredes menester*
126. *E crás vernos bemos / yo e vós se Diós quisiere.*

Nestes dois versos a bipartição não é tão clara, mas não deixa de se fazer sentir.

O verso dos jograis usava de certo número de processos que, inevitavelmente, desapareciam nas prosificações. Por exemplo: fórmulas repetitivas aplicadas a um herói, sem conteúdo informativo, que poderiam ser usadas para completar o verso ou para obter a rima, como «em boa hora fostes nascido», ou «barba tão cumprida», ou «barba velida», ou «em boa hora cingistes espada», que se encontram frequentemente no *Cantar do Cid*. Basta o desaparecimento destas expressões para que muitos versos desapareçam com elas. Além disto há alterações na ordem das palavras, alterações nos tempos verbais (por exemplo o imperfeito podia substituir o perfeito ou o presente, podia trocar-se o perfeito simples pelo composto). Daí a dificuldade de reconstituir a forma versificada. Podemos no entanto, em certos casos, tentar fazê-lo.

Assim, por exemplo, no versículo 19: «E manda a meus vassalos que me levem a soterrar a Santa Maria de Bragaa que eu poborei» um ouvido atento reconhece um verso com dois hemistíquios bem acusados:

E manda a meus vassalos / que me levem a soterrar.

Se substituirmos a forma verbal *eu poborei*, por *hei poborada* (isto é, a forma simples pela composta), obteremos o verso seguinte, com a mesma rima:

A Santa Maria de Bragaa / que hei poborada.

Outro processo a que se pode recorrer é à alteração da ordem das palavras: Lê-se na 4.^a *Crónica* (versículo 56): «E o Conde cuidou a ser morto, e fez-lhe preito e menagem» etc. na *Crónica de Vinte Reis* encontramos uma frase diferente: «E o conde D. Fernando cuidando a ser morto, fez-lhe preito e menagem» etc. Ora, se tomarmos como base a versão castelhana e fizermos uma inversão na primeira frase, logo encontramos um verso, seguido de dois outros com a mesma rima:

*E cuidando a ser morto, / o Conde D. Fernando
Fez-lhe preito e menagem / que nunca entrasse em Portugal
E desi foi-se logo / para terra de Ultramar.*

Limitamo-nos a fazer a inversão indicada no primeiro verso, e a introduzir a palavra *logo* (*luego*), que se encontra na *Crónica de Vinte Reis* para encontrar três versos muito regulares: 6 + 6; 6 + 8; 6 + 7.

Com estes critérios atrevemo-nos a reconstituir mais os seguintes versos que abrangem os versículos 82 a 87:

*E o apóstoligo ouviu dizer / como sa madre prendia
E como presa / consigo a trazia
E mandou-lhe dizer / pelo bispo de Coimbra
Que a sacasse de prisom, / senom que o escomungaria*

*Ele disse que por ninguém / a nom sacaria
E o bispo excomungou-o / e de noite se partia
E disserom a el-rei / de menbãaa ao outro dia*

Comparando este texto versificado com a respectiva prosa dos versículos correspondentes o leitor pode facilmente ajuizar das alterações de tempos verbais. Não substituímos, introduzimos ou retirámos qualquer vocábulo. Em sete versos, três reproduzem exactamente o texto original.

RIMAS

Exemplos de rimas visíveis no texto

Ca se ùu dia leixares de fazer justiça ùu palmo
Logo em outro dia se afastará de ti ùa braça

.....

E este feito souberam-no em Roma e cuidarom que era herege
E enviarom-lhe ùu cardeal que lhe mostrasse a fé

.....

Mais deem-vos agora todas aquelas cousas que fazem mester
E crás nos veremos eu e vós se Deus quiser

Rimas reconstituídas pela versão castelhana

E filho toma do meu coração algum tanto que sejas esforçado

E see companheiro aos filhos d'algo
E dá-lhes sempre *sus soldadas bien paradas*

.....

E chama agora os de Estorga e mandar-te-ei fazer a
menagem dos de *cibdad*
E despues que yo muriere sal comigo fuera de la vila por me honrar
E desi tórnete luego e no pierdas este lugar
Ca de aqui conquererás o al adiante

.....

Rimas resultantes de retoques no texto

E manda agora aos meus vassalos que me levem a
soterrar
A Santa Maria de Bragaa que hei poborada

.....

E cuidando a ser morto o conde D. Fernando
Fez-lhe preito e menagem que nunca entrasse em
Portugal
E disi foi-se logo para terra de Ultramar

.....

E o apostóligo de Roma ouviu dizer como sa madre
prendia
E como presa consigo a trazia
E mandou-lhe dizer pelo bispo de Coimbra
Que a sacasse de prisom e senom que o escomungaria.
E ele disse que por nenguem a nom sacaria
E o bispo excomungou-o e de noite se partia
E disserom a el-rei de menhã ao outro dia

.....

2 — NARRATIVA E DRAMA

O texto é extraordinariamente realista. Não há nele o mínimo indício de miraculoso, ao contrário das lendas eclesiásticas, nem sequer de extraordinário como nos romances de cavalaria ou nas *Chansons de geste* francesas. Tudo o que nele se conta poderia ter-se passado. Nem mesmo o herói principal sai fora das proporções vulgarmente humanas, visto que tem derrotas e desânimos, como na batalha de S. Mamede e comete «pecados» como a prisão da mãe, é sujeito a acessos de fúria. Inaugurou em Portugal o realismo histórico que virá a culminar em Fernão Lopes, a partir da *Crónica de el-rei D. Pedro*.

A atitude do narrador é de uma objectividade total. As personagens são caracterizadas pelas respectivas falas, e o autor abstém-se de qualquer descrição ou de qualquer encarecimento que sublinhe um gesto ou uma atitude. Tudo o que conhecemos das personagens é pelo que elas dizem e fazem, não pelo que o autor diz que elas pensam e sentem. Esta atitude do escritor, abstendo-se de descrições e das motivações das personagens é muito característica da prosa do século XIII e diferencia-se da do século XIV. Basta comparar a primeira versão da lenda do rei Ramiro, no *Livro de Linbagens* de cerca de 1270, com a segunda versão do *Livro de Linbagens do Conde D. Pedro* de cerca de 1340. Por isso estranhámos no texto de *Crónica de Vinte Reis* uma frase como «Elrei don Alfonso con el grand pesar que ende ovo fuese para la iglesia», que traduz a reacção de Afonso Henriques à excomunhão de Coimbra pelo bispo que fugiu. Na versão da 4.^a *Crónica* que tomámos por base, diz-se apenas «El rei foi-se entonce

para a Sé», isto é, limita-se a indicar o movimento, a acção de Afonso Henriques, sem qualquer referência aos seus sentimentos, à sua motivação. Dentro do estilo do relato, a frase «con el grand pesar que ende ovo», que descreve o sentimento do rei, parece-nos por isso uma excrescência; vemos aí o trabalho de um cronista do século XIV querendo completar a «secura» do texto primitivo.

As falas das personagens são o principal meio de que dispõe o autor para as caracterizar. E não há dúvida de que conseguiu o seu intento. As personagens são acusadamente diferenciadas nas suas atitudes. Do ponto de vista dramático o texto é uma pequena maravilha. Afonso Henriques aparece-nos na sua verdade humana, como um homem pronto na decisão e pronto na acção, cortando o nó górdio nas situações mais embaraçosas. Uma simples palavra do herói basta ao narrador para lhe definir o carácter. Quando lhe anunciam que vem o cardeal de Roma por causa do bispo que fez, responde simplesmente: «Não me arrependo». Resposta de um temperamento primário, que também se revela na batalha de Guimarães, quando foge e se queixa como um menino ao velho Soeiro Mendes: «— Venho mui mal, ca me arrincou meu padraço, e minha madre está com ele na batalha». A discussão em família do filho, da mãe e do padraço é uma extraordinária cena: D. Teresa é o tipo da mulher impetuosa, que fala arrebatadamente; o conde D. Fernando é o homem mais senhor de si, moderador, que intervém para acalmar a fúria passional da mulher aos gritos, numa atitude caracteristicamente masculina; Afonso Henriques desempenha ainda um papel apagado de queixoso.

Note-se que no texto da *4.ª Crónica Breve* esta cena aparece sem transição. Afonso Henriques guerreia D.

Teresa e o conde. Subitamente, sem que o leitor seja preparado para isso, os três estão reunidos numa discussão familiar: «E disse o Conde: — Afonso Henriques, etc.» Os outros prosificadores sentiram a necessidade de preparar narrativamente esta discussão. *Vinte Reis* explica que o conde «enviou dizer» (*embióle dezir*). É evidente que se trata de uma emenda, partindo do pressuposto de que pessoas em guerra não se podem falar directamente. Por isso o cronista de *Vinte Reis* sugere a ideia de uma mensagem. Mas a emenda é pior que o soneto, pois por meio de mensagens não é possível aquela extraordinária e passional troca de palavras entre os três. O redactor da 3.^a *Crónica Breve* fez a transição de outra maneira. Supôs que os dois partidos fizeram tréguas, a fim de os três personagens se reunirem e terem uma discussão. Esta transição, que passa para a *Crónica de 1419*, é mais lógica que a de *Vinte Reis*. Mas é evidente que a versão primitiva, que deu origem às duas adaptações, é a que se encontra na 4.^a *Crónica Breve*. O autor desta pensava e concebia dramaticamente, suprimia as transições narrativas, ou melhor, subentendia-as, focava os diálogos, e deixava na penumbra as explicações do cenário.

Na parte do *Bispo Negro* e do conflito com o papa há também cenas extraordinárias. Quando sabe que a sua cidade está excomungada Afonso Henriques reuniu os cónegos da Sé e disse-lhes: «Vós dade-me um bispo». Ordem breve, sem explicações nem intróitos. A sua força imperativa resulta dessa mesma brevidade. Não é preciso dizer que o protagonista estava furioso; pelo contrário o «grand pesar que ende ovo» só amortece pela redundância a força destas palavras. E por isso pensamos, como já

dissemos, que elas são um acrescento narrativo de *Vinte Reis* a um texto enxutamente e funcionalmente dramático.

E, em contraste com esta ordem dada em três palavras, os cónegos respondem de uma maneira melíflua, casuística que caracteriza admiravelmente o estilo e a atitude eclesiásticas: «— Senhor, bispo havemos, como vos daremos bispo?» O que ressalta aqui é a justificação e a interrogação. Há todo um discurso eclesiástico fundado sobre o direito canónico a justificar um *não* que não é dado explicitamente. Esse discurso é resumido em poucas palavras, como cabe ao estilo do cantar, mas subentende outro muito mais longo. A própria circularidade do discurso, começado por *bispo* e acabado por *bispo*, contrasta com a linha recta da fala de Afonso Henriques, expressão de uma pura e imperiosa vontade, que vai direita ao fim. Assim como se sente nessa resposta uma certa retórica — são retóricas a própria forma interrogativa e a oposição dos dois membros da frase — característica de gente letrada, mas incompatível com o estilo puramente funcional do rei. É a linguagem de uma instituição, não de uma pessoa, e por sinal que é anónima, ou colectiva: «Eles disseram».

Esta cena termina com um jogo extraordinariamente teatral que, pela sua própria teatralidade, os refundidores e glosadores não compreenderam. O rei diz «saíde todos por essa porta e eu catarei qual faça bispo». Entendeu-se que isto era uma ordem de expulsão: «E el vendo que não queriam fazer o que ele mandava degradou-os todos de sua terra», diz a *3.^a Crónica*. E foi assim que Herculano, baseando-se na *3.^a Crónica*, o entendeu. Depois desta expulsão o rei teria encontrado por casualidade o clérigo negro.

De facto, não é isto que está na 4.^a Crónica. «Sair» tem aqui o significado que ainda hoje tem no teatro espanhol de *entrar* no palco por uma porta. O rei queria dizer que os cónegos deviam sair da sua presença e entrar por uma porta em desfile; ele próprio ficaria a assistir ao desfile e examinaria os cónegos a fim de escolher para bispo um dentre eles: «e eu catarei qual faça bispo». O clérigo negro não é um extraviado que o rei encontrasse por acaso: é um dos desfilantes, que lhe chamou a atenção. O cuidadoso cronista de *Vinte Reis* compreendeu isto mesmo: «Salidvos todos fuera e entrad unos em pós de otros e yo escogeré quien sea obispo». Teve necessidade de explicar mais analiticamente o que a 4.^a Crónica dá com grande economia de palavras.

O efeito teatral da cena que se segue a esta ordem do rei só pode ser dado por gestos do corpo ou suprido pela imaginação, mas é magnífico: os cónegos desfilando, o rei observando-os um a um e finalmente interpelando o «negro». O diálogo com o negro é um rápido jogo de perguntas e respostas. Dir-se-ia que o jogral não somente cantava mas também representava.

Há outro indício disso. Os versículos 141 a 146 descrevem como o rei despojou o Cardeal dos seus haveres e cavalos, dizendo: «esto quero eu de vós em serviço». Logo a seguir retomou a palavra para dizer que queria que nunca Portugal fosse excomungado, etc. Assim, a mesma personagem fala duas vezes seguidas para dizer em cada fala duas coisas diferentes sem que haja entre as duas falas qualquer prosa narrativa que justifique a separação entre elas. Numa narração isto não tem cabimento. Por isso o cronista de *Vinte Reis* suprimiu a frase «esto quero eu de vós em serviço», e desta maneira reduziu as duas frases a uma só. Quanto ao prosificador

da 3.^a *Crónica*, juntou essa frase à anterior e à posterior, de forma a fazer com as três uma só fala; mas para isso suprimiu as frases narrativas «e entonce lhe filhou quanto haver lhe aí achou» etc.) porque interrompiam essa sequência. Ora essa frase separada só faz sentido no canto ou na recitação, e desde que seja acompanhada de um gesto e da entoação adequados. O rei despojou o cardeal e enquanto o ia fazendo fez um aparte, um comentário, num outro plano que interrompia o fio do discurso encetado, a propósito daquilo que estava fazendo. É preciso imaginar o jogral a fazer um trejeito para compreender esta passagem, e isto é verdade também para a cena do claustro.

Ambos estes jogos de cena desaparecem na prosificação de *Vinte Reis*, o que prova mais uma vez que a nossa 4.^a *Crónica Breve* está mais próxima da primitiva versão jogralesca.

O compositor do cantar concebia a sua história dramaticamente. A sua intervenção como narrador é relativamente discreta. Mas acontece-lhe produzir frases narrativas extraordinariamente saborosas, como esta que já foi sublinhada pelo professor Rodrigues Lapa: «E o clérigo com medo meteu-se na vestimenta e cantou missa». Em lugar de *vestiu-se*, «meteu-se na vestimenta». E também não se escusa a sublinhar uma situação, mas fá-lo de maneira que não pareça afastar-se da regra de objectividade e de apagamento do autor a que obedece estritamente toda a sua composição. É o que sucede no versículo 138: «Entonces disse El-rei esta parávoa». Desta forma chama a atenção para o que o rei diz a seguir, ao mesmo tempo que cria um certo suspense.

É lástima que não conheçamos o cantar na sua versão original, mas pelo que dissemos, estamos perante um

texto épico-dramático que pela sua funcionalidade, pela sua sobriedade, pela recusa da retórica, condiz perfeitamente com a arquitectura românica que dominava em Portugal na época da sua factura. Um texto que nos vem do princípio do século XIII, talvez do século XII, e a que, pela primeira vez na literatura, Portugal, como nação, serve de assunto. Mas um Portugal leonês, profundamente embrenhado na parte ocidental da Península.

CONCLUSÃO

Existiu um poema jogralesco provavelmente em língua portuguesa, que remonta possivelmente ao último quartel do século XII e que tem por herói o primeiro rei de Portugal.

Esse poema é literariamente a primeira afirmação nacional portuguesa face ao reino de Leão. O seu herói é um herói étnico, tal como o Cid para os Castelhanos. Nele se justifica a sua legitimidade como chefe dos Portugueses contra a rainha D. Teresa e contra o Imperador das Espanhas.

Nada tem que ver com as tradições clericais relacionadas com o reinado de Afonso Henriques, tais como a fundação do mosteiro de Alcobaça ou com o milagre de Ourique.

É um poema cavaleiresco, próprio de uma cultura oral, divorciado da cultura clerical. Torna-se flagrante através dele a oposição entre o Rei, chefe dos cavaleiros e dos concelhos, e a hierarquia constituída pelo Papa e pelos bispos, oposição mais do que política, cultural.

É de notar também que neste poema a luta contra os mouros ocupa um lugar de segundo plano ou de pano de fundo.

Ignoramos qual fosse a sua forma primitiva, embora seja quase certo que utilizava o verso épico dos jograis castelhanos. Sob o ponto de vista estético é uma excelente expressão do realismo que caracteriza a epopeia hispânica.

Nesta criação da cultura oral tradicional afirmam-se simultaneamente a unidade cultural da Espanha ocidental e a autonomia étnica dos Portugueses.

NOTAS

¹ Cit. por Cintra, *Cronica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa, 1951, p. 267.

² Herculano, *História de Portugal*, I, 1875, p. 297.

³ Diego Catalón y Maria da Soledad Andrés, *edición crítica del texto español de 1344*, Madrid, 1971, pp. XXXIV e ss.

³ *Id.*, *ibid.*, 1875, pp. 282-285.

⁴ *Id.*, *ibid.*, 1875, p. 493.

⁵ Apud. *Port. Mon. Hist. Script*, p. 159.

⁶ Insere-se aqui este versículo do texto de *Vinte Reis* porque nos parece que devia fazer parte do texto do cantar. Poderíamos colocá-lo noutro lugar, por exemplo a seguir ao versículo 171. Na versão da 4.^a *Crónica* a referência ao «pecado» foi transferida para a prosa explicativa que resume a última parte do cantar.

⁷ Suprimimos a expressão de *ten coraçom*, que se encontrava a seguir a *braça* na 4.^a *Crónica*, mas falta em *Vinte Reis* e na 3.^a *Crónica Breve*.

⁸ A 4.^a *Crónica* traz *vila* em vez de *cibdad*.

⁹ O *Livro de Linhagens* suprime o primeiro *o*, de modo que o sujeito passa a ser Afonso Henriques. Talvez preferível.

¹⁰ «Furtou»: versão do *Livro de Linhagens*. «Trabajóse de furtar», em *Vinte Reis*. «Tomou» na 4.^a *Crónica*.

¹¹ O original tem *açaas*, o que é evidente erro. O *Livro de Linhagens* tem: «Convosco quero entrar na fazenda e estarei na az». É a melhor lição.

¹² Suprimimos a seguir a «Sociero Mendes» a expressão «Mãos de Águia».

¹³ Optamos pela versão castelhana. O *Livro de Linhagens* diz: «e minha madre que estava com ele na aaz». *Vinte Reis* e a 4.^a *Crónica* coincidem em suprimir o *que*.

¹⁴ «Criado» é a pessoa que o aio criou.

¹⁵ A seguir a *Comigo* e antes de *e* o *Livro de Linhagens* diz: «come de cabo à fazenda e eu irei convosco».

¹⁶ 4.^a *Crónica*: «E o Conde cuidou a ser morto».

¹⁷ A terra de Ultramar é a Palestina, onde estavam os cruzados.

¹⁸ O texto de *Vinte Reis* diz *cinco leguas*.

¹⁹ Herculano, *História de Portugal*, I vol., 1875, p. 495.

²⁰ P. M. H., *Script.* p. 175.

²¹ Herculano, *História de Portugal*, I, 1875, pp. 329-330.

²² *Colecção de Inéditos de História Portuguesa*, V, p. 524.

²³ V. Pierre David, *Etudes sur la Galice et le Portugal du VI^e ao XII^e siècles*, pp. 427-429.

²⁴ *Id.*, *ibid.*

²⁵ *Id.*, *ibid.*, p. 399.

²⁶ V. Lindley Cintra, *op. cit.*, pp. 292-369 e os textos em apêndice, pp. 465-466.